

**RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVO AO ANO ECONÓMICO DE 2021**

**ECONOMIA MUNDIAL**

Estima-se que a economia global tenha crescido para níveis de 5.9% em 2021 justificados essencialmente pela recuperação dos países mais desenvolvidos para níveis do PIB pré-coronavírus. Para 2022 é expectável, de acordo com o FMI, um crescimento de 4.4%, ainda assim menor do que o previsto para 2021.

Depois de uma subida mais acentuada no início de 2021 (9.5%), o comércio global registou um abrandamento, devido a um desacelaramento da procura de bens transaccionados e a estrangulamentos na cadeia de distribuição, resultantes de paralisações de fábricas e portos relacionadas com a pandemia, bem como de obstáculos logísticos induzidos pela escassez de semicondutores e de contentores de transporte marítimo.

O crescimento da procura de bens, conjugado com as várias restrições existentes ao nível da oferta, aumentaram a pressão sobre a inflação, em particular a partir do último trimestre de 2021, e que deverá persistir durante o ano de 2022. Esta maior pressão inflacionista resultou na revisão da política monetária e de taxa de juro em algumas das principais economias mundiais, nomeadamente dos Estados Unidos da América, com subidas das taxas de juro de referência esperadas durante 2022.

Apesar do cenário de recuperação económica mundial, a subsistência do Covid 19 constitui um risco significativo para a recuperação efectiva e sustentada da economia mundial, em particular face às desigualdades existentes na distribuição e aplicação das vacinas, bem como face ao crescimento da propagação do vírus e o potencial aparecimento de novas variantes. Adicionalmente, as consequências que o recente conflito entre a Rússia e a Ucrânia terão no enquadramento geo-político global e na economia mundial ainda não são conhecidas e poderão impactar significativamente as projecções de crescimento para 2022.

**ECONOMIA DE MOÇAMBIQUE**

**Crescimento Económico**

Prevê-se que a economia tenha crescido 2,2% em 2021, suportada, essencialmente, por um crescimento robusto nos sectores da agricultura e mineração, bem como, pela recuperação, ainda que mais modesta, do sector de serviços dado o alívio de algumas das restrições e medidas de prevenção contra a pandemia.

Em 2022 espera-se um crescimento acima dos 4%, como reflexo de uma recuperação mais ampla da economia, suportada significativamente pela produção do carvão e alumínio, na expectativa que a procura global continue a aumentar. Não obstante, ainda existem alguns riscos que subsistem na economia e que poderão restringir o crescimento de 2022, tais como novas vagas de infecção do Covid, a vulnerabilidade a catástrofes naturais e os efeitos das alterações climáticas, bem como os projectos de GNL e a sua efectiva realização e/ou rapidez de implementação.

**Inflação**

A taxa de inflação anual em Moçambique atingiu, em termos homólogos, níveis de 5.69% em dezembro de 2021, com a pressão na subida de preços a acentuar-se no último trimestre. Esta variação é atribuída essencialmente às categorias de alimentação e de bebidas (10.94%).

Estima-se que a inflação média aumente para 6,40% em 2022, devido aos contínuos constrangimentos da cadeia de distribuição com impacto ao nível dos custos de transporte internacional, aos preços elevados dos alimentos e dos combustíveis, e ao aumento dos níveis de consumo privado, uma vez que as restrições permaneçam tolerantes.

**Taxa de Câmbio**

A taxa de câmbio encerrou o ano de 2021 em USDMZN 63.83, mantendo-se estável pelo quarto mês consecutivo, sendo expectável que em 2022 o Metical não registe grandes variações. No final de 2021, o país apresentou reservas internacionais brutas (RIB) confortáveis com uma cobertura equivalente a mais de 6 meses de importações de bens e serviços, excluindo as importações dos grandes projectos.

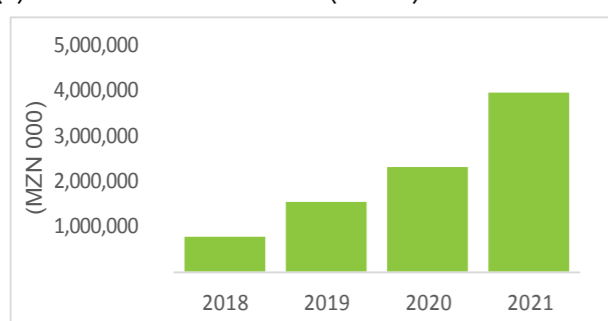
**Política Monetária**

O Banco de Moçambique manteve uma política rigorosa durante o ano de 2021, com o objectivo de preservar a estabilidade dos preços, alterando a taxa de juro em 300 bps para 13,25%, logo no início do exercício de 2021. Com taxas reais mais elevadas, as expectativas de inflação permaneceram bem ancoradas, apesar das pressões globais sobre os preços, mantendo-se de igual forma a taxa de câmbio relativamente estável, em particular no 2º semestre de 2021. Face à maior pressão inflacionista, essencialmente, no final de 2021 e início de 2022, é expectável uma nova revisão de taxas de juros no ano de 2022, embora mais modesta que a ocorrida no ano de 2021.

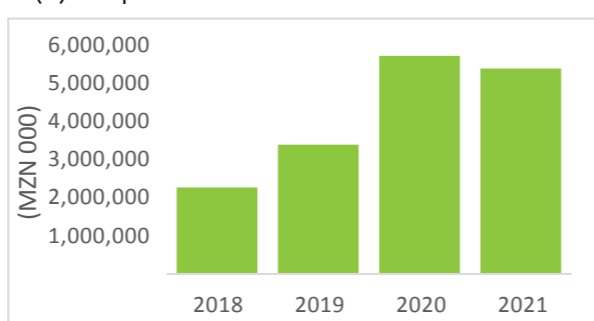
**DESEMPENHO DO FIRST CAPITAL BANK**

**Análise do balanço**

(a) Crédito a clientes (bruto)



(b) Depósitos de clientes



A carteira de crédito do First Capital Bank S.A. tem apresentado um crescimento relevante, em

particular desde 2018, o que aliado a um modelo de risco de crédito conservador e um sistema eficaz de controlo interno, tem permitido um crescimento da margem financeira, bem como a manutenção do rácio de crédito vencido em níveis substancialmente inferiores à média do sector financeiro Moçambicano.

De igual forma, a carteira de depósitos do First Capital Bank S.A. também tem crescido de forma bastante significativa, como resultado do aumento da confiança dos clientes no Banco, bem como da contínua melhoria dos serviços prestados e dos produtos oferecidos. Em 2021, a ligeira redução dos depósitos face a 2020, permitiu ao Banco reduzir o risco de concentração de depósitos por cliente, bem como o custo de captação dos depósitos e, não menos relevante, melhorar a sua eficiência fiscal.

**Principais Indicadores – Base Individual**

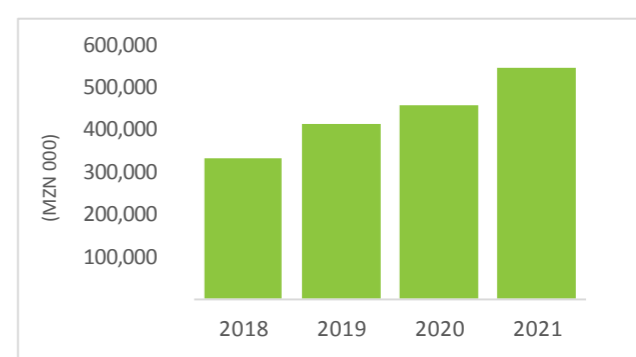
	2018	2019	2020	2021	Var. % 21/20
<b>Balanço</b>					
Activo total (000)	3,036,630	5,273,429	7,714,692	7,683,623	-0.40%
<b>Rácio de eficiência</b>					
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	1.22%	7.06%	8.88%	5.75%	-35.25%
Rendibilidade do activo médio (ROA)	0.26%	1.63%	1.96%	1.23%	-37.24%
<b>Qualidade do Crédito</b>					
NPL	15.70%	4.20%	5.20%	2.00%	61.54%
<b>Rácio de liquidez</b>					
Rácio de transformação	34.56%	46.46%	40.49%	73.61%	81.80%
Rácio liquidez	76.15%	76.13%	72.86%	40.40%	-44.55%
<b>Outros indicadores</b>					
Clientes (000)	16.1	18.71	19.29	20.81	7.88%
Balcões	4	5	5	5	0.00%
ATM	6	8	7	7	0.00%
POS	72	178	226	271	19.91%
Colaboradores	87	107	119	131	10.08%

**Análise da demonstração de resultados**

(a) Resultado líquido de impostos



(b) Custos operacionais

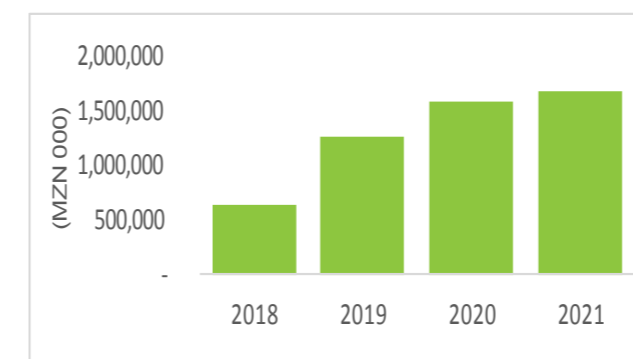


Em 2021 o resultado líquido de impostos registou uma redução de 26% passando para MZN 94.37 milhões. No entanto, o produto bancário tem apresentado um crescimento relevante e sustentado desde 2018, tendo passado de MZN 608 milhões em 2020 para MZN 769 milhões em 2021 o que representa um acréscimo de 26%.

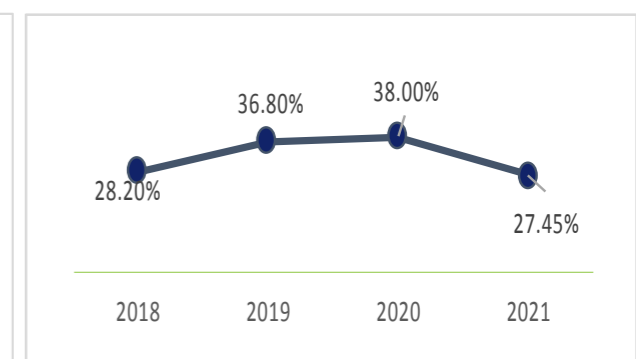
Os custos operacionais cifraram-se em MZN 548 milhões em 2021, o que representa um crescimento de 19% face aos MZN 461 milhões registados em 2020.

**Análise dos capitais próprios**

(a) Capitais próprios



(b) Rácio de Solvabilidade



Os capitais próprios do Banco têm sido influenciados positivamente pelos aumentos de capital social, ocorridos até 2020, e pela incorporação dos resultados positivos alcançados pelo Banco. Os acionistas do Banco têm vindo a mostrar confiança no mercado moçambicano e na gestão do Banco, mostrando-se disponíveis em usar todos os instrumentos de capital necessários sempre que lhes for exigido. Em Janeiro de 2022, de forma a cumprir com o mínimo de capital regulamentar de 1,7 biliões, o Banco procedeu com a emissão de dívida subordinada no montante de USD 3,3 (MZN 210,6) milhões, totalmente subscrita pelos acionistas, por um prazo de 5 anos.

O crescimento dos capitais próprios do Banco tem permitido, de igual forma, a expansão do seu negócio e um maior apoio à economia, por via de financiamentos a vários sectores de actividade, mantendo o seu rácio de solvabilidade em 27,45%, bastante acima do mínimo regulamentar exigido de 12%.

**PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

De acordo com as disposições estatutárias e nos termos da legislação Moçambicana em vigor, nomeadamente a Lei nº 20/20 das instituições de crédito relativas à constituição de Reservas, propõem-se que aos resultados do exercício apurados no balanço individual relativo ao exercício de 2021, no montante de 94.369.499 meticais, seja dada a seguinte aplicação:

<b>Reserva legal</b>	<b>30.0%</b>	<b>28.310.849,70 MZN</b>
<b>Resultados transitados</b>	<b>70.0%</b>	<b>66.058.649,30 MZN</b>

**Aprovação do Conselho de Administração**

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação das demonstrações financeiras anuais do First Capital Bank, S.A. em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo que asseguram a salvaguarda dos activos do Banco e que as respectivas operações e transacções são executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

Os administradores procederam a uma avaliação para determinar se o Banco tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para duvidar que o Banco continuará a operar segundo esse princípio no próximo ano.

As demonstrações financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2021, constantes das páginas 10 a 57, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do First Capital Bank, S.A., em 21 de Abril de 2022 e vão assinadas em seu nome por:

**Conselho de Administração**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Senhores Accionistas,

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, à Lei 20/2020 das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, o Conselho Fiscal vem submeter a V.Exas. o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 2021, apresentados pelo Conselho de Administração do FCB Moçambique, S.A.

O Conselho Fiscal teve acesso à informação que considerou relevante para o cabal exercício das suas funções, tendo reunido com o Conselho de Administração, a Direcção de Operações e Finanças, a Direcção de Auditoria, a Direcção de Crédito, a Direcção de Compliance e restantes serviços do Banco.

Ao longo do exercício, este Conselho Fiscal dedicou especial atenção, mas não limitando, a:

- Desenvolvimento e acções de reestruturação interna;
- Regular revisão das demonstrações financeiras;
- Revisão das constatações da Auditoria Interna;
- Revisão das constatações do Banco de Moçambique;
- Revisão dos relatórios de Auditoria Externa;
- Acompanhamento das decisões do Conselho de Administração
- Acompanhamento das decisões do Comité de Auditoria e do Comité de Risco;
- Realização de reuniões pertinentes com as Direcções do Banco

O Conselho Fiscal apreciou o teor do relatório dos Auditores Externos relativo às Demonstrações Financeiras do Exercício findo, de 31 de Dezembro de 2021.

O Conselho Fiscal é de opinião que as demonstrações financeiras do exercício económico de 2021, apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira e os resultados do First Capital Bank e foram preparadas de acordo com as Normas Financeiras de Relato Internacional, e estão de acordo com a Lei e disposições estatutárias, assim como com as normas emitidas pelo Banco de Moçambique.

O Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia-Geral Anual:

- (i) Aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício económico de 2021; e
- (ii) Concorde com a proposta do Conselho de Administração de com base nos Resultados Líquidos do exercício de 94,369,499 Meticais, transferir 30% para a Reserva Legal e 70% para os Resultados Transitados.

**Deloitte.**

Caixa Postal 4318  
Maputo  
Moçambique

Deloitte & Touche  
(Moçambique) Lda  
Chartered Accountants and  
Management Consultants  
Registration No: 5917  
Rua dos Desportistas, 833  
Predio JAT V-1 3 Andar

Tel: +258 21320955  
Tel: +258 21430594  
Tel: +258 20600100  
contactdeloitte@deloitte.co.mz  
www.deloitte.com

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE  
Aos accionistas do  
First Capital Bank, S.A.**

**Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras do **First Capital Bank, S.A.** ("o Banco"), constantes das páginas 10 a 59, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2021, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da First Capital Bank, S.A. em 31 de Dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

**Bases para a opinião**

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo Ethics Standards Board for Accountants (IESBA), órgão da IFAC – International Federation of Accountants, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

**Outra informação**

O Conselho de administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o relatório da administração e a declaração de responsabilidades dos administradores conforme requerido pelo Código Comercial. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatem sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras**

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenham alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

**Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras**

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelos administradores.

Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada:

com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do Banco em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.

Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificada durante a auditoria.

**Deloitte & Touche (Moçambique), Lda**  
**Sociedade de Auditores Certificados nº 09/SAC/OCAM/2014**

**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL**

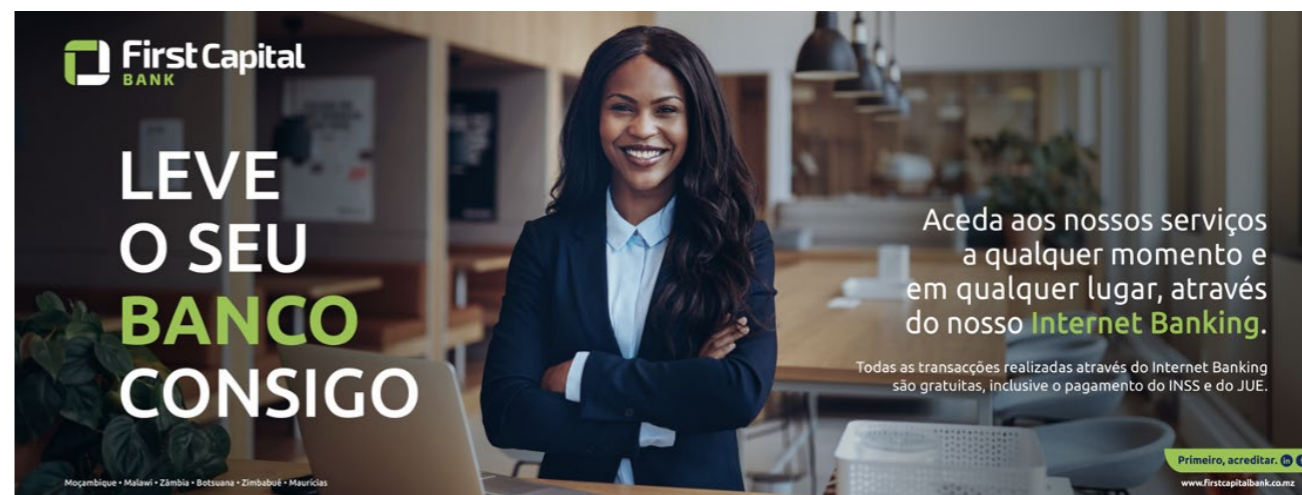
	Notas	2021	2020
Juros e rendimentos similares	2	791 144 003	515 252 426
Juros e gastos similares	2	(325 727 233)	(204 345 040)
<b>Margem Financeira</b>		<b>465 416 770</b>	<b>310 907 386</b>
Rendimentos líquidos de serviços e comissões	3	156 277 873	116 729 683
Rendimentos em operações cambiais	4	183 795 092	187 905 464
Rendimentos líquidos em activos financeiros ao custo amortizado	5	(1 247 397)	(4 234 725)
Outros resultados de exploração	6	(35 740 184)	(3 695 699)
<b>Produto bancário</b>		<b>768 502 154</b>	<b>607 612 109</b>
Gastos com pessoal	7	(287 741 465)	(267 250 230)
Outros gastos operacionais	8	(183 019 858)	(128 320 224)
Depreciações e amortizações	17, 19	(44 212 565)	(35 187 446)
Depreciações de activos sob direitos de uso	18	(32 617 108)	(30 138 984)
<b>Total de custos operacionais</b>		<b>(547 590 996)</b>	<b>(460 896 884)</b>
<b>Resultado operacional antes de imparidade e provisões</b>		<b>220 911 158</b>	<b>146 715 225</b>
Imparidade de crédito	15	(83 650 401)	(46 538 800)
Imparidades de outros instrumentos financeiros	13	338 695	(1 874 543)
Imparidade de activos não correntes detidos para venda	16	-	(3 000 000)
Provisões para garantias bancárias prestadas em créditos documentários	24	(11 168 028)	(3 973 551)
Resultado antes do imposto		<b>126 431 424</b>	<b>91 328 331</b>
Imposto corrente	9	(65 053 365)	(49 269 510)
Imposto diferido	9	32 991 440	85 498 747
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>94 369 499</b>	<b>127 557 568</b>
Outro rendimento integral		-	-
<b>Total do rendimento integral</b>		<b>94 369 499</b>	<b>127 557 568</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**

	Capital social	Reserva legal	Reserva para risco de crédito	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
<b>Saldo em 01 de Janeiro de 2020</b>	<b>1 515 000 000</b>	<b>32 057 488</b>	<b>48 322 590</b>	<b>(382 774 067)</b>	<b>67 719 656</b>	<b>1 280 325 666</b>
Aumento de capital	185 000 000	-	-	-	-	185 000 000
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	10 157 949	-	57 561 707	(67 719 656)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	127 557 568	127 557 568
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>1 700 000 000</b>	<b>42 215 436</b>	<b>48 322 590</b>	<b>(325 212 360)</b>	<b>127 557 568</b>	<b>1 592 883 234</b>
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	19 133 635	-	108 423 933	(127 557 568)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	94 369 499	94 369 499
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>1 700 000 000</b>	<b>61 349 071</b>	<b>48 322 590</b>	<b>(216 788 426)</b>	<b>94 369 499</b>	<b>1 687 252 734</b>

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**

	Notas	2021	2020
<b>Fluxos das actividades operacionais</b>			
Resultado líquido do exercício		94 369 499	127 557 568
Depreciações e amortizações	17,18,19	76 829 673	35 187 446
Gasto com imparidade de crédito	15,24	94 818 429	50 512 351
Gastos com imparidade de activos não correntes detidos para a venda	16	-	3 000 000
Gastos com imparidade de outros activos	13	(338 695)	1 854 071
Acréscimos e diferimentos de juros		(1 921 884)	(41 582 971)
Varição nos activos operacionais		(1 846 361 394)	(781 525 339)
Varição nos passivos operacionais		(125 438 595)	2 143 008 322
Varição nos outros activos correntes		(32 991 440)	(85 498 748)
Varição no limite de reservas mínimas obrigatórias		195 965 033	(286 513 568)
<b>Fluxo de caixa líquido gerado nas actividades operacionais</b>		<b>(1 545 069 375)</b>	<b>1 165 999 133</b>
<b>Actividades de investimento</b>			
Aquisição de activos tangíveis	17	(66 585 795)	(26 364 214)
Abate de activos tangíveis	17	21 779 444	-
Aquisição de activos intangíveis	19	(17 645 160)	(9 541 725)
Aquisição de títulos	13	(459 815 000)	(1 022 741 300)
Reembolso de títulos	13	717 849 000	980 041 600
<b>Fluxo de caixa líquido gerado nas actividades de investimento</b>		<b>195 582 489</b>	<b>(78 605 639)</b>
<b>Actividades de financiamento</b>			
Aumento de capital social		-	185 000 000
<b>Fluxo de caixa de líquido gerado nas actividades de financiamento</b>		<b>-</b>	<b>185 000 000</b>
Aumento/(diminuição) em caixa e equivalente de caixa		(1 349 486 886)	1 272 393 493
<b>Caixa e equivalente de caixa no início do ano</b>		<b>3 049 105 843</b>	<b>1 776 712 350</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no fim do ano</b>	<b>29</b>	<b>1 699 618 956</b>	<b>3 049 105 843</b>



**DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA**

	Notas	2021	2020
<b>Activo</b>			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	877 737 680	1 022 474 196
Disponibilidades em instituições de crédito	11	250 278 763	308 746 181
Aplicações em instituições de crédito	12	1 262 155 217	2 604 403 203
Activos financeiros ao custo amortizado	13	785 601 714	1 041 375 135
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento	14	6 327 548	6 327 548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15	3 983 675 307	2 233 267 106
Activos não correntes detidos para a venda	16	4 951 708	22 753 371
Outros activos	21	32 432 359	22 788 440
Activos tangíveis	17	158 171 465	150 244 099
Activos sob direito de uso	18	91 257 394	114 572 353
Activos intangíveis	19	31 387 059	21 085 117
Activos por impostos correntes	20	27 613 854	27 613 854
Activos por impostos diferidos	9	172 033 158	139 041 718
<b>Total do activo</b>		<b>7 683 623 226</b>	<b>7 714 692 321</b>
<b>Passivo</b>			
Recursos de instituições de crédito	22	352 692 603	36 893 709
Depósitos de clientes	23	5 420 396 760	5 749 930 661
Provisões para garantias bancárias prestadas e créditos documentários	24	19 104 501	9 467 594
Passivos de locação	18	89 645 638	126 345 638
Outros passivos	25	114 530 990	199 171 485
<b>Total do passivo</b>		<b>5 996 370 492</b>	<b>6 121 809 087</b>
<b>Capital</b>			
Capital social	26	1 700 000 000	1 700 000 000
Reservas	27	109 671 661	90 538 026
Resultados transitados		(216 788 426)	(325 212 360)
Resultado líquido do exercício		94 369 499	127 557 568
<b>Total do capital próprio</b>		<b>1 687 252 734</b>	<b>1 592 883 234</b>
<b>Total do capital próprio e passivo</b>		<b>7 683 623 226</b>	<b>7 714 692 321</b>



## 1. Introdução

O First Capital Bank, S.A. (adiante designado por First Capital Bank ou Banco), começou a operar em Moçambique em julho de 2013, quando assumiu as operações do International Commercial Bank. O First Capital Bank S.A. é propriedade conjunta do FMB Capital Holdings plc (Grupo FMBCH) e de outros dois accionistas estrangeiros. As actividades do Banco centram-se na recepção de depósitos, concessão de créditos a clientes particulares e às empresas, bem como na realização de operações de banca de investimento a nível nacional.

### 1.1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como emitidas pelo IASB, e com o Código Comercial de Moçambique. As demonstrações financeiras são apresentadas em Meticais, que é a moeda funcional do Banco.

As políticas contabilísticas adoptadas são consistentes face as políticas do exercício anterior, excepto quando especificamente indicado de outra forma.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 21 de Abril de 2022 e serão submetidas para aprovação pelos accionistas em reunião de Assembleia Geral.

### 1.2. Estimativas e julgamentos significativos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes reportados de activos, passivos, réditos e gastos. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e pressupostos são periodicamente revistos. As alterações de estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista se a revisão afectar somente esse período, ou o período da revisão e períodos futuros, se a revisão afectar ambos os períodos.

Na aplicação das políticas contabilísticas do Banco, a gestão usou os seus julgamentos e estimativas na determinação dos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. As mais significativas dizem respeito a:

#### Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem o uso de modelos matemáticos. Os dados a inserir nestes modelos são calculados com base na informação de mercado disponível, contudo, sempre que tal não seja exigível, é necessário recorrer a ponderações para determinar o justo valor. As alterações nos pressupostos utilizados podem afectar o justo valor dos instrumentos financeiros reconhecido nas demonstrações financeiras.

As técnicas de avaliação incluem o valor actual líquido, os modelos de fluxos de caixa descontados e outros modelos de avaliação. Pressupostos e inputs utilizados em técnicas de avaliação de risco incluem as taxas de juro livre e de referência, os spreads de crédito e outros prémios utilizados para estimar as taxas de desconto, preços de obrigações, bilhetes de tesouro e taxas de câmbio. O objectivo das técnicas de avaliação é obter uma determinação do justo valor que reflecta o preço do instrumento financeiro na data do relato, a qual teria sido determinado pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

#### Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal do Banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar em ajustamentos, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPS (Imposto sobre pessoas singulares), IRPC (Imposto sobre pessoas colectivas) e IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado).

O Conselho de Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito. Eventuais correcções à base fiscal declarada, como resultado dessas revisões, não deverão ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras.

Activos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis e permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado no futuro face ao período durante o qual os mesmos activos podem ser utilizados.

Os prováveis lucros tributáveis são estimados com base em planos de negócios que incluem estimativas e pressupostos sobre o crescimento económico, taxas de juros, taxa de inflação, taxas de imposto e forças concorrenciais.

#### Imparidade de activos financeiros

As imparidades de activos financeiros são registadas usando a abordagem prescrita na IFRS 9, a menos que o activo seja considerado em imparidade de crédito no reconhecimento inicial, casos em que os requisitos específicos para este cenário contidos na IFRS 9 serão aplicados. A norma determina a constituição de provisões para perdas de crédito esperadas. A estimativa de imparidades de activos financeiros é inerentemente incerta e depende de diversos

factores, incluindo condições económicas gerais (actuais e futuras), mudanças estruturais nos sectores de actividade, alteração das circunstâncias do negócio dos clientes e outros factores externos, tais como, requisitos legais, especificações regulamentares e mudanças nas políticas governamentais.

Após o reconhecimento de activos financeiros, são registadas as perdas de crédito esperadas para um período de 12 meses. As imparidades avaliadas para perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiros serão registadas para activos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Imparidades mensuradas em perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro serão também registadas para activos financeiros que estejam em imparidade de crédito.

### 1.3 Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras têm sido aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios sendo descritas abaixo como segue:

#### a) Instrumentos financeiros

##### Classificação

No reconhecimento inicial, os activos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- i. Activos financeiros ao custo amortizado;
- ii. Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

A classificação de activos financeiros de acordo com a IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um activo financeiro é gerido e suas características de fluxo de caixa contratuais. Derivados relacionados com um determinado activo financeiro no âmbito da norma não são segregados, sendo a classificação do instrumento financeiro composto avaliada de forma conjunta. Os modelos de negócios são explicados como se segue:

##### (i) Activos financeiros ao custo amortizado

Um activo financeiro é mensurado ao custo amortizado se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O activo é detido num modelo de negócio cuja finalidade é manter o activo financeiro com o objectivo de obter os seus fluxos de caixa contratuais; e
- Os seus termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa associados a pagamentos de capital e juros do montante em dívida.

##### Avaliação do modelo de negócios

O Banco faz uma avaliação do objectivo do modelo de negócios, que inclui a determinação do objectivo de manter o activo e se os fluxos de caixa contratuais são consistentes com um acordo básico de empréstimo. Quando as cláusulas contratuais introduzem exposição a risco ou volatilidade que se considerem inconsistentes com um acordo de empréstimo inicial o activo financeiro é classificado como ao justo valor por meio de resultados.

##### (ii) Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um activo é classificado nesta categoria se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- É detido num modelo de negócio cujo objectivo é atingido tanto pela colecta de fluxos de caixa contratuais bem como pela venda desse activo financeiro.
- Os termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas a pagamentos de capital e juros do montante em dívida.

#### Reconhecimento inicial e mensuração

O Banco reconhece inicialmente os activos financeiros na data em que são originados, nomeadamente aquando da contratação dos instrumentos.

Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente pelo justo valor. Os custos de transacção que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de activos financeiros são adicionados ou deduzidos do justo valor dos activos financeiros, consoante o caso, no reconhecimento inicial.

O Banco geralmente não reclassifica instrumentos financeiros entre diferentes categorias subsequentemente ao reconhecimento inicial. Activos financeiros são reclassificados somente se o Banco alterar o seu modelo de negócios para gerir activos financeiros. Em conformidade com a IFRS 9, activos financeiros só podem ser reclassificados se houver uma mudança no modelo de negócios.

#### Mensuração subsequente

##### Instrumentos de Capital Próprio designados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVTOCI)

Instrumentos de Capital Próprio designados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVTOCI) são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido de custos de transacção. Posteriormente, são mensurados ao justo valor com ganhos e perdas decorrentes de variações no justo valor reconhecidos em outro rendimento integral e acumulados em outras reservas. Os valores reconhecidos em outro rendimento integral não são reclassificados para lucros ou prejuízos em nenhuma circunstância, sendo transferidos para resultados transitados em caso de alienação.

#### Custo amortizado

Os activos financeiros classificados ao custo amortizado, são mensurados usando o método da taxa de juro efectiva, menos quaisquer perdas esperadas por imparidade, que são reconhecidas nos lucros ou prejuízos. O custo amortizado é calculado tendo em conta

quaisquer custos de transacção na aquisição, bem com as comissões e os custos que são parte integrante da taxa de juro efectiva. As comissões de originação e de serviço são ambas consideradas parte integrante da taxa de juro efectiva. As comissões de originação são adicionadas ao montante da dívida original e incluídas na mensuração inicial do empréstimo. As perdas de crédito esperadas são calculadas através da utilização de uma metodologia apropriada de imparidade.

Os passivos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva.

### Reclassificação entre categorias de activos financeiros

Se o modelo de negócios sob o qual o Banco detém activos financeiros alterar, os activos financeiros afectados são reclassificados. Os requisitos de classificação e mensuração relacionados com a nova categoria aplicam-se prospectivamente a partir do primeiro dia do exercício financeiro após a mudança no modelo de negócios que resulta na reclassificação dos activos financeiros do Banco. Durante o exercício financeiro actual e o período contabilístico anterior, não houve alteração no modelo de negócios sob o qual o Banco detém activos financeiros e conseqüentemente não ocorreram quaisquer reclassificações. As mudanças nos fluxos de caixa contratuais são consideradas na política contabilística de Modificação e desreconhecimento de activos financeiros descrita abaixo.

### Modificação e desreconhecimento de activos financeiros

Uma modificação de um activo financeiro ocorre quando os termos contratuais que regem os fluxos de caixa de um activo financeiro são renegociados ou modificados entre o reconhecimento inicial e o vencimento do activo financeiro. Uma modificação afecta a quantia e/ou a época dos fluxos de caixa contratuais, imediatamente ou numa data futura. Adicionalmente, a introdução ou ajuste de cláusulas restrictivas de um empréstimo existente constitui uma modificação, mesmo que essas cláusulas novas ou ajustadas não afectem os fluxos de caixa imediatamente, mas possam afectar os fluxos de caixa dependendo do cumprimento ou não dos termos acordados.

O Banco renegocia empréstimos a clientes com dificuldades financeiras para maximizar a cobrança e minimizar o risco de incumprimento. A renegociação de empréstimos é concedida nos casos em que, embora o mutuário tenha feito todos os esforços razoáveis para cumprir com os termos contratuais originais, existe um alto risco de incumprimento e espera-se que o mutuário atenda aos termos contratuais revistos. Os termos revistos na maioria dos casos incluem uma extensão do vencimento do empréstimo, mudanças na periodicidade dos fluxos de caixa do empréstimo (capital e amortização de juros) e redução no montante dos fluxos de caixa devidos (capital e juros vencidos), concretizadas mediante adendas às cláusulas contratuais.

Quando um activo financeiro é modificado, o Banco avalia se essa modificação resulta em desreconhecimento. De acordo com a política do Banco, uma modificação resulta no desreconhecimento quando dá origem a termos substancialmente diferentes. Para determinar se os termos modificados são substancialmente diferentes dos termos contratuais originais, o Banco considera factores qualitativos, como fluxos de caixa contratuais após a modificação, alteração da moeda de denominação do activo ou mudança na contraparte, bem como a extensão das alterações na taxa de juros, data de vencimento e cláusulas restrictivas. Se estes não indicarem claramente uma modificação substancial, é realizada uma avaliação quantitativa para comparar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais remanescentes sob os termos originais com os fluxos de caixa contratuais sob os termos revistos, sendo ambos os montantes descontados à taxa efectiva original. Se a diferença no valor presente for superior a 90%, o Banco considera que a modificação é substancialmente diferente, levando ao desreconhecimento do activo.

No caso em que o activo financeiro é desreconhecido, a provisão para perdas por imparidade (ECL) é remensurada à data de desreconhecimento para determinar a quantia líquida escriturada do activo nessa data. A diferença entre este valor contabilístico revisto e o justo valor do novo activo financeiro gerará a um ganho ou perda no desreconhecimento. O novo activo financeiro terá uma provisão para perdas, mensurada com base na perda esperada de 12 meses, excepto nas raras ocasiões em que o novo empréstimo for considerado como originado com redução no valor recuperável de crédito. Esta premissa aplica-se somente no caso em que o justo valor do novo empréstimo é reconhecido com um desconto significativo em relação ao seu valor nominal revisto, pois permanece um alto risco de incumprimento que não foi reduzido pela modificação. O Banco monitora o risco de crédito dos activos financeiros modificados ao avaliar informações qualitativas e quantitativas, como, por exemplo, se o tomador está em situação de atraso nos novos termos.

Quando os termos contratuais de um activo financeiro são modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, o Banco determina se o risco de crédito do activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial comparando:

- A PD (Probabilidade de *default*) remanescente ao longo da vida estimada do activo com base nos dados no seu reconhecimento inicial e nos termos contratuais originais;
- Com a PD remanescente na data de relato financeiro com base nos termos modificados.

Para activos financeiros modificados como parte da política de tolerância do Banco, onde a modificação não resultou em desreconhecimento, a estimativa de PD reflecte a capacidade do Banco de cobrar os fluxos de caixa modificados levando em conta a experiência anterior do Banco, bem como vários indicadores comportamentais, incluindo o desempenho do pagamento do mutuário em relação aos termos contratuais modificados. Se o risco de crédito permanecer significativamente mais alto do que o esperado no reconhecimento inicial, a provisão para perdas continuará a ser medida em um montante igual à *Expected Credit Loss* (ECL) vitalícia. A provisão para perdas com empréstimos diferidos geralmente só será mensurada com base na ECL de 12 meses, quando houver evidência de melhoria do comportamento de reembolso após a modificação, levando a uma reversão do aumento significativo anterior no risco de crédito.

Quando uma modificação não leva ao desreconhecimento, o Banco calcula o ganho / perda de modificação comparando o valor contabilístico bruto antes e depois da modificação (excluindo a provisão ECL). Em seguida, o Banco mede a ECL para o activo modificado, onde os fluxos de caixa esperados provenientes do activo financeiro modificado são incluídos no cálculo das deficiências de caixa esperadas do activo original.

O Banco desreconhece um activo financeiro somente quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram (incluindo a expiração resultante de uma modificação com termos substancialmente diferentes), ou quando o activo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do activo são transferidos para outra entidade. Se o Banco não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e continuar a controlar o activo transferido, o Banco reconhece sua participação retida no activo e um passivo associado para os valores que poderá ter de pagar. Se o Banco reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um activo financeiro transferido, o Banco continua a reconhecer o activo financeiro e também reconhece um empréstimo garantido pelos recursos recebidos.

No momento do *writte off* de um activo financeiro na sua totalidade, a diferença entre o valor contabilístico do activo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho/perda acumulado que tinha sido reconhecido no rendimento integral e acumulado nos capitais próprios é reconhecido em resultados, com a exceção do investimento de capital designado conforme mensurado ao justo valor através do rendimento integral, onde o ganho/perda acumulada anteriormente reconhecida no rendimento integral não é subsequentemente reclassificado no resultado.

### Imparidades

O modelo de imparidade do Banco toma em consideração as perdas de crédito esperadas (ECL) e é aplicado aos seguintes instrumentos financeiros: activos financeiros classificados como instrumentos de dívida e compromissos e garantias financeiras emitidas. Os instrumentos sujeitos a imparidade são divididos em três estágios, tendo em conta a amplitude da deterioração do crédito desde o seu registo inicial:

- Estágio 1: abrange activos sem degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Neste caso, a imparidade reflecte perdas de crédito esperadas resultantes de probabilidade de incumprimento que poderão ocorrer nos 12 meses seguintes à data de reporte. Para os activos com uma maturidade inferior a 12 meses, as perdas de crédito esperadas correspondem à maturidade remanescente.
- Estágio 2: instrumentos em que se considera que ocorreu um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais ainda não existe evidência objectiva de imparidade. Neste caso, as perdas de crédito esperadas baseiam-se na PD do período de vida útil, ou seja, representa a probabilidade de incumprimento que ocorra pelo remanescente período da vida útil estimado do activo financeiro.
- Estágio 3: instrumentos financeiros para os quais existe evidência objectiva de imparidade como resultado de eventos que resultaram em perdas. À semelhança do estágio 2, a PD corresponde a perdas esperadas de crédito durante a vida útil do activo financeiro. As operações reestruturadas são consideradas no estágio 3.

O apuramento da perda esperada baseia-se em informações históricas e actuais e requer decisões de gestão, estimativas e pressupostos, particularmente nos seguintes domínios: avaliação da existência de um aumento significativo do risco desde o momento de reconhecimento inicial e incorporação da informação *forward looking* no cálculo da ECL.

As ECL reflectem o valor actual de todas as insuficiências de fluxos de caixa relacionadas com cenários de incumprimento sejam eles (i) nos doze meses seguintes, ou (ii) ao longo da vida útil esperada de um instrumento financeiro, dependendo da deterioração do crédito desde o seu registo inicial. No entanto, a ECL é determinada através da multiplicação da probabilidade de incumprimento (*probability of default* – PD) e perda dado o incumprimento (*loss given default* – LGD).

Os parâmetros da ECL (PD e LGD) são determinados através de modelos estatísticos internos, e outros dados históricos relevantes, sendo que, para a sua determinação toma-se em consideração o seguinte:

- As PD são determinadas através de um modelo estatístico que toma em consideração informação quantitativa e qualitativa do mutuário. O Banco toma em consideração a performance e incumprimento das exposições de risco de crédito e efectua uma análise por tipos de clientes e produtos, sendo que, os PD's são atribuídos em função do risco específico de cada mutuário.

O Banco estima os parâmetros de LGD com base no histórico de taxas de recuperação após a entrada em incumprimento das contrapartes. O modelo de LGD considera os colaterais associados aos financiamentos, o sector de actividade, o tempo de incumprimento, bem como os custos de recuperação. Na determinação da LGD, o Banco considera apenas colaterais que se apresentam na forma tangível (imoveis habitacionais ou comerciais, equipamentos, valores monetários, Obrigações de tesouro e Bilhetes de tesouro), excluindo-se deste modo, colaterais que se apresentem na forma de cartas conforto, livranças, avales, entre outros.

### Definição de incumprimento

A definição de incumprimento é usada na mensuração da quantia de perdas de crédito esperadas (ECL) e na determinação se a provisão para perdas é baseada em ECL de 12 meses ou na vida útil do activo, pois o incumprimento é uma componente da probabilidade de incumprimento (PD) que afecta tanto a mensuração da ECL como a identificação de um aumento significativo do risco de crédito.

O Banco considera os seguintes eventos como evidências de incumprimento:

- i. o mutuário está vencido há mais de 90 dias em qualquer obrigação de crédito relevante para o Banco; ou
- ii. é improvável que o mutuário pague integralmente suas obrigações de crédito ao Banco.

A definição de incumprimento é apropriadamente adaptada para reflectir características de diferentes tipos de activos. Os descobertos são considerados como vencidos uma vez que o cliente tenha excedido o limite estabelecido ou tenha sido informado de um limite menor do que o valor actual em dívida.

Ao avaliar se é improvável que o mutuário pague as suas obrigações de crédito, o Banco tem em conta indicadores qualitativos e quantitativos. As informações avaliadas dependem do tipo de activo, como seja, por exemplo, o indicador qualitativo de incumprimento de cláusulas contratuais associadas ao negócio de clientes empresa, o qual geralmente não é aplicável para empréstimos de retalho. Indicadores quantitativos, como sejam o atraso no pagamento do serviço de dívida e o não pagamento de outras obrigações por parte do mutuário no sector financeiro Moçambicano, são elementos fundamentais nessa análise. O Banco utiliza uma variedade de fontes de informação para avaliar o incumprimento, que são desenvolvidas internamente ou obtidas de fontes externas.

#### Aumento significativo no risco de crédito

O Banco monitora todos os activos financeiros, compromissos de empréstimos emitidos e contratos de garantia financeira que estão sujeitos aos requisitos de imparidade para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, incluindo se houve uma redução do valor recuperável. Se tiver ocorrido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco irá mensurar a provisão para perdas com base no prazo remanescente ao invés da ECL de 12 meses.

Ao avaliar se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Banco compara o risco de ocorrência de um incumprimento no instrumento financeiro na data do balanço com base no prazo residual do instrumento. Ao fazer essa avaliação, o Banco considera informações quantitativas e qualitativas que sejam razoáveis e sustentáveis, incluindo a experiência histórica e as informações prospectivas que estão disponíveis, incluindo estimativas futuras.

Múltiplos cenários económicos formam a base para determinar a probabilidade de incumprimento (PD) no reconhecimento inicial e nas datas subsequentes. Cenários económicos diferentes levarão a uma probabilidade diferente de incumprimento. A ponderação desses diferentes cenários forma a base de uma probabilidade média ponderada de incumprimento que é usada para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente.

Para empréstimos de clientes empresa, as informações prospectivas incluem as perspectivas futuras das indústrias nas quais as contrapartes do Banco operam, obtidas de relatórios económicos de especialistas, analistas financeiros, órgãos governamentais, grupos de reflexão relevantes e outras organizações similares, bem como a consideração de vários departamentos internos e fontes externas de informações económicas reais e previstas. Para o retalho, as informações prospectivas de empréstimos incluem as mesmas previsões económicas que os empréstimos corporativos com previsões adicionais de indicadores económicos locais, particularmente para regiões com concentração em determinadas indústrias, bem como informações geradas internamente sobre o comportamento de pagamento de clientes.

O Banco atribui às suas contrapartes um nível de risco de crédito interno em função da avaliação da sua qualidade de crédito. A informação quantitativa é um indicador primário de aumento significativo no risco de crédito e é baseada na mudança da PD ao longo da vida do instrumento financeiro comparando:

- i. A PD remanescente da vida do instrumento na data do balanço; com
- ii. A PD do prazo residual do instrumento no momento actual, estimada com base em factos e circunstâncias do momento do reconhecimento inicial da exposição.

As PDs utilizadas são forward-looking e o Banco utiliza as mesmas metodologias e dados utilizados para mensurar a provisão para perdas estimadas de crédito (ECL).

Os factores qualitativos que indicam aumento significativo no risco de crédito são reflectidos nos modelos de PD em tempo útil. No entanto, o Banco ainda considera separadamente alguns factores qualitativos para avaliar se o risco de crédito aumentou significativamente. Para empréstimos corporativos, há um enfoque particular em activos incluídos numa "lista de observação", objecto de monitorização regular.

Dado que um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial é uma medida relativa, uma dada mudança na PD será mais significativa para um instrumento financeiro com uma PD inicial mais baixa do que comparado a um instrumento financeiro com uma PD mais alta.

Há um back-stop quando um activo fica 30 dias em mora, sendo que nesses casos o Banco considera que ocorreu um aumento significativo no risco de crédito e o activo passa para o estágio 2 no modelo de imparidade, ou seja, a provisão para perdas é medida como ECL vitalícia.

#### b) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, sendo a moeda funcional do Banco e de apresentação. Transacções em moeda estrangeira são reconhecidas à taxa de câmbio à data de transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio média diária divulgada pelo Banco de Moçambique à data de balanço. As diferenças de câmbio são reconhecidas em resultados no período a que respeitam. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertíveis à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do ano, ajustado por juros e pagamentos efectivos durante o ano, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio à vista no final do ano. Activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio à vista na data da transacção.

As diferenças em moeda estrangeira resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, as taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos relevantes, denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

	2021	2020
Dólar Americano (USD)	63,83	74,90
Rand Sul Africano (ZAR)	4,02	5,11

#### c) Passivos financeiros e instrumentos de capitais próprios

Os instrumentos de dívida e de capital próprio emitidos são classificados como passivos financeiros ou como capital próprio de acordo com a substância do acordo contratual.

Um passivo financeiro é uma obrigação contratual de entregar dinheiro ou outro activo financeiro ou de trocar activos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente desfavoráveis para o Banco ou um contrato que será ou possa ser liquidado com instrumentos de capital próprio do Banco e é um contrato não derivativo pelo qual o Banco é ou pode ser obrigado a entregar um número variável de instrumentos de capital próprio, ou um contrato derivativo sobre os capitais próprios líquidos que pode ser liquidado pela troca de uma quantia fixa em dinheiro (ou outro activo financeiro) por um número fixo de instrumentos de capital próprio do Banco.

#### Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencia uma participação residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Banco são reconhecidos pelos recursos recebidos, líquidos dos custos directos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de capital do Banco é reconhecida e deduzida directamente no capital próprio. Nenhum ganho/perda é reconhecido no resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de capital próprio do Banco.

#### Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados ou passivos financeiros ao custo amortizado.

#### Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros são classificados ao justo valor através de resultados quando são (i) detidos para negociação, ou (ii) designados como ao justo valor através de resultados. Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- i. Foi incorrido principalmente para comprá-lo no curto prazo; ou
- ii. No reconhecimento inicial, faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Banco administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- iii. É um derivativo que não é designado e efectivo como instrumento de cobertura. Um passivo financeiro não mantido para negociação ou contraprestação contingente que pode ser pago por um adquirente como parte de uma combinação de negócios pode ser designado como justo valor através de resultados no reconhecimento inicial se:

- tal designação elimina ou reduz significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que de outra forma surgiria; ou
- o passivo financeiro faz parte de um grupo de activos financeiros ou passivos financeiros ou ambos, cujo desempenho é avaliado com base no justo valor, de acordo com a gestão de risco documentada do Grupo ou estratégia de investimento, e informações sobre o agrupamento são fornecidas internamente nessa base; ou
- faz parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, sendo que a IFRS 9 permite que todo o contrato híbrido (combinado) seja designado como justo valor através de resultados.

Os ganhos/perdas de passivos financeiros ao justo valor resultantes de nova mensuração são reconhecidos em resultados, na medida em que não fazem parte de uma relação de cobertura designada. O ganho/perda líquido reconhecido em resultados inclui os juros pagos sobre o passivo financeiro.

#### Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros, incluindo depósitos e empréstimos, são inicialmente mensurados ao justo valor, líquidos dos custos da transacção. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva.

O método da taxa de juro efectiva consiste em calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e reconhecer a despesa de juros pelo período relevante. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do passivo financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais curto, para o valor contabilístico líquido no reconhecimento inicial.

#### Desreconhecimento de passivos financeiros

O Banco desreconhece os passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações do Banco são liquidadas, canceladas ou vencidas. A diferença entre o valor contabilístico do passivo financeiro desreconhecido e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida em resultados.

Quando o Banco troca com o credor existente um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes, essa troca é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

Da mesma forma, o Banco contabiliza a modificação substancial dos termos de um passivo existente ou parte dele como extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo. Presume-se que os termos sejam substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa sob os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas líquidas de quaisquer taxas recebidas e descontadas, usando a taxa efectiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restantes do passivo financeiro original.

**d) Determinação do custo amortizado**

O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual o activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, deduzido dos reembolsos de capital, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa de juro efectiva de qualquer diferença entre o valor inicial reconhecido e o valor na maturidade, menos qualquer redução por perda de imparidade.

**e) Determinação do justo valor (IFRS 13)**

O Banco procede à mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor à data de balanço. Adicionalmente procede à mensuração do justo valor dos instrumentos valorizados ao custo amortizado. O justo valor assume que o activo ou passivo é transaccionado entre participantes no mercado numa transacção ordenada de venda do activo ou de transferência do passivo à data de mensuração nas condições vigentes de mercado. Uma mensuração pelo justo valor assume que a transacção de venda do activo ou de transferência do passivo se realiza:

- No mercado principal desse activo ou passivo; ou
- Não existindo um mercado principal, no mercado mais vantajoso para esse activo ou passivo.

O principal ou mais vantajoso mercado tem de estar acessível ao Banco.

O justo valor do activo ou do passivo é mensurado no pressuposto de que os participantes de mercado efectuaram a transacção agindo no seu melhor interesse económico.

A mensuração pelo justo valor de um activo não-financeiro tem em consideração a capacidade de um participante no mercado para gerar benefícios económicos, maximização a utilização do activo, ou vendendo-o a outro participante no mercado que o irá utilizar da melhor maneira possível.

O Banco utiliza técnicas de valorização consideradas as mais apropriadas de acordo com as circunstâncias e para os quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização da informação relevante disponível com base nas variáveis observáveis e minimizando a utilização das variáveis não observáveis.

Todos os activos e passivos cujo justo valor seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras encontram-se reconhecidos de acordo com a hierarquia do justo valor, abaixo descrita, baseado no mais baixo nível de inputs para a mensuração do justo valor:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) dos activos ou passivos em mercados activos a que a entidade tem acesso à data da mensuração.
- Nível 2 - Justo valor determinado com base em dados observáveis de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para os activos ou passivos, quer directamente ou indirectamente.
- Nível 3 - Justo valor dos activos e passivos é determinado com base em inputs que não são baseados em informação observável em Mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos recorrentemente nas demonstrações financeiras, o Banco determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia do justo valor pela reavaliação da sua categorização (baseado no mais baixo nível de input para a mensuração do justo valor).

**f) Garantias financeiras (IAS 37)**

No decorrer da sua actividade corrente, o Banco concede garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias e avales. Tais garantias são registadas em contas extrapatrimoniais e divulgadas como passivos contingentes (Nota 33).

**g) Reconhecimento de rédito e gasto**

O rédito é reconhecido quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Banco e esses benefícios possam ser fiavelmente mensuráveis. O reconhecimento de rédito obedece aos seguintes critérios por rubrica:

**Juros, rendimentos e gastos similares**

Os rendimentos e gastos de juros para todos os instrumentos financeiros, excepto aqueles classificados como mantidos para negociação ou aqueles mensurados ou designados ao justo valor, são reconhecidos no resultado através do método da taxa de juro efectiva. Os juros dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados são incluídos no movimento do justo valor durante o período.

A taxa de juro efectiva é a taxa de desconto dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, num período mais curto, para o valor contabilístico do activo ou passivo financeiro. Os fluxos de caixa futuros são estimados

levando em consideração todos os termos contratuais do instrumento.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui todas as taxas pagas ou recebidas entre as partes do contrato, que são incrementais e directamente atribuíveis ao contrato de empréstimo específico, os custos de transacção e todos os outros prémios ou descontos. Para os activos financeiros ao justo valor através de resultados, os custos de transacção são reconhecidos no resultado no reconhecimento inicial.

O rendimento/gasto de juros é calculado aplicando-se a taxa de juro efectiva ao valor contabilístico bruto de activos financeiros (ou seja, ao custo amortizado do activo financeiro antes do ajustamento de qualquer imparidade), ou ao custo amortizado de passivos financeiros. Para os activos financeiros com perda de imparidade, o rendimento de juros é calculado aplicando-se a taxa de juro efectiva ao custo amortizado dos activos financeiros com perda de imparidade (ou seja, o valor contabilístico bruto menos a provisão para perdas esperadas de crédito (ECLs)). Para activos financeiros originados ou comprados com redução no valor recuperável de crédito, a taxa de juro efectiva reflecte as ECLs na determinação dos fluxos de caixa futuros que se espera que sejam recebidos do activo financeiro.

**Rendimentos provenientes de serviços e comissões**

Os rendimentos e gastos de comissões incluem outras taxas que não aquelas que são parte integrante da taxa de juro efectiva. As comissões incluídas nesta componente da demonstração de resultados incluem, entre outras coisas, comissões cobradas pelo serviço de um empréstimo, taxas de não utilização relacionadas com compromissos de empréstimo, quando é improvável que resultem num acordo de empréstimo específico, e comissões na sindicância de empréstimos.

Gastos de honorários e comissões com relação a serviços são contabilizadas na medida em que os serviços são recebidos.

**h) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, e disponibilidades em outras instituições de crédito, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado (Nota 28).

**i) Activos tangíveis**

Os activos tangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade. Os custos de reparação de parte de um activo tangível são incluídos no valor contabilístico do activo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco e possam ser mensurados com fiabilidade.

As outras despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de encerramento da posição financeira. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamentos	3 - 10
Viaturas	4
Ferramentas e utensílios	10

O Banco efectua regularmente a análise da adequidade da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. Alterações na vida útil esperada dos activos são reconhecidas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratados como alterações de estimativas contabilísticas.

As obras em edifícios arrendados são depreciadas num prazo compatível com a sua utilidade esperada no contrato de arrendamento.

Periodicamente, são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido dos activos exceda o valor recuperável estimado, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados. O Banco procede à reversão das perdas por imparidade caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em outros ganhos operacionais ou outros gastos operacionais, respectivamente, na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

**j) Activos intangíveis**

Os activos intangíveis incluem os valores de software (licenças). O software adquirido pelo Banco é registado ao custo histórico deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As despesas com software desenvolvido internamente são reconhecidas como um activo quando o Banco consegue demonstrar a sua capacidade e intenção de gerar benefícios económicos futuros, e pode fiavelmente mensurar os custos para completar o desenvolvimento. A capitalização dos custos de software desenvolvido internamente inclui todos os custos directamente imputáveis ao desenvolvimento do software, e são

amortizados durante a sua vida útil. O software desenvolvido internamente é mensurado pelo custo capitalizado menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil estimada do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 3 a 4 anos.

**k) Imparidade de activos não financeiros**

O Banco avalia em cada data de relato ou com maior frequência se ocorreram eventos que alterem o valor contabilístico de um activo não financeiro, se existe evidência objectiva de imparidade. Se tais indicações existem, ou quando o teste anual da imparidade para um activo é exigido, o Banco estima o valor recuperável do activo. Se a quantia escriturada de um activo (ou unidade geradora de caixa) exceder a sua quantia recuperável, o activo encontra-se em imparidade e é registado em balanço pelo valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

A cada data de balanço, é reavaliada a existência de qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do activo e revertidas as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para apurar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

**l) Impostos sobre rendimento**

**i) Impostos correntes**

Os impostos correntes, activos ou passivos, são estimados com base no valor esperado a pagar ou a recuperar das autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data da posição financeira.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos na matéria colectável resultante de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

**ii) Impostos diferidos**

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas diferenças temporárias à data do balanço entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto:

- Quando o imposto diferido passivo resulta do reconhecimento inicial do goodwill ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável ou perda, e;
- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que seja provável que a diferença temporária não se reverte no futuro previsível.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais (Nota 9), na medida em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível contra as diferenças temporárias dedutíveis, e o reporte de créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

**m) Dividendos sobre acções ordinárias**

Os dividendos sobre acções ordinárias são reconhecidos como passivo e deduzidos ao capital próprio quando são aprovados pelos accionistas do Banco. Os dividendos intercalares são deduzidos ao capital próprio quando declarados.

Dividendos relativos ao exercício que são aprovados após a data de balanço são divulgados como um evento subsequente.

**n) Provisões**

Uma provisão é reconhecida se o Banco, como resultado de um evento passado, tiver uma

obrigação presente legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que uma saída de benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflecta as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e, eventualmente, os riscos específicos para o passivo.

**o) Locações**

A contabilização das locações segue o disposto na NIRF 16- Locações, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações para ambas as partes de um contrato, ou seja, o cliente ("locatário") e o fornecedor ("locador").

De acordo com a referida norma, o locatário reconhece um activo de direito de uso, que representa um direito de usar o activo subjacente, e um passivo de locação, que representa uma obrigação de efectuar pagamentos de renda. Existem isenções de reconhecimento para locações de curto prazo e locações de itens de baixo valor. Todos os contratos ao abrigo desta isenção não são significativos para o Banco.

Na qualidade de locatário, o Banco reconhece novos activos e passivos para as locações operacionais, que correspondem a imóveis para uso próprio (agências e outros) e reconhece um custo de depreciação para os activos que correspondem ao direito de uso e um custo financeiro de juros sobre o passivo de locação. O Banco inclui os pagamentos devidos no âmbito do contrato de locação no seu passivo de locação.

**Normas emitidas ou revistas mas ainda não efectivas.**

Em 31 de Dezembro de 2021 existiam novas normas e alterações cuja data de entrada em vigor é em ou após 1 de Janeiro de 2022. O Banco espera adoptá-las após a sua entrada em vigor:

- IFRS 1 Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro - Alterações resultantes das melhorias anuais das normas IFRS 2018-2020 (subsidiária como adotante pela primeira vez, data efectiva: 1 de Janeiro de 2022);
- IFRS 3 Concentrações de actividades empresariais - Alterações actualizando uma referência à estrutura conceptual (data efectiva: 1 de Janeiro de 2022);
- IFRS 4 Contratos de seguro - Alterações relativas à data de expiração da abordagem de diferimento (a data de expiração fixa para a isenção temporária na IFRS 4 para aplicação da IFRS 9 é agora 1 de Janeiro de 2023);
- IFRS 17 Contratos de seguro - Alterações para tratar de preocupações e desafios de implementação que foram identificados após a publicação da IFRS 17 (inclui um diferimento da data de vigência para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2023);
- IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras - (i) Alterações relativas à classificação de passivos (data efectiva: 1 de Janeiro de 2023); (ii) Alteração para diferir a data efectiva das alterações de Janeiro de 2020 (data efectiva: 1 de Janeiro de 2023); (iii) Alterações relativas à divulgação das políticas contabilísticas (data efectiva: 1 de Janeiro de 2023);
- IAS 8 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros - Alterações relativas à definição de estimativas contabilísticas (data efectiva: 1 de Janeiro de 2023);
- IAS 12 Impostos sobre o rendimento - Alterações relativas a impostos diferidos sobre locações e obrigações de desmantelamento (data efectiva: 1 de Janeiro de 2023);
- IAS 16 Activos tangíveis - Alterações que proíbem uma empresa de deduzir do custo do activo imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto a empresa está

	2021	2020
<b>2 Margem financeira</b>		
Os juros líquidos apresentam-se como segue:		
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros de empréstimos e adiantamentos a cliente	464 924 272	265 821 121
Juros de activos financeiros ao custo amortizado	276 980 027	204 741 619
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	49 239 704	44 689 686
	<b>791 144 003</b>	<b>515 252 426</b>
<b>Juros e custos similares</b>		
Juros de recursos de clientes	317 985 906	197 764 692
Juros de depósitos do banco central e outros bancos	4 608 270	3 707 962
Juros de passivos de locação	3 133 057	2 872 386
	<b>325 727 233</b>	<b>204 345 040</b>
	<b>465 416 770</b>	<b>310 907 386</b>

**3 Rendimento líquido de comissões e serviços**

Esta rubrica apresenta-se como segue:

<b>Rendimentos de comissões e serviços</b>		
Por serviços bancários prestados	101 938 749	66 501 103
De transacções com terceiros	60 599 802	51 492 682
Outras comissões e serviços	20 014 507	11 544 550
	<b>182 553 058</b>	<b>129 538 335</b>
<b>Gastos de comissões e serviços</b>		
Por transacções com outros bancos	(16 824 240)	(11 683 769)
Outras comissões e serviços	(9 450 945)	(1 124 883)
	<b>(26 275 185)</b>	<b>(12 808 652)</b>
	<b>156 277 873</b>	<b>116 729 683</b>



**Oferecemos atendimento personalizado onde quer que o seu negócio esteja.**

First Capital Bank S.A.  
Tel: +258 21 320760/3, Cell: +258 82 317 2790, +258 82 317 2760  
NIF: 400058921, Maputo, Moçambique  
www.firstcapitalbank.co.mz  
Moçambique • Malawi • Zâmbia • Botsuana • Zimbabué • Maurícias



Primeiro, acreditar.



**4 Rendimentos em operações cambiais**

A rubrica de operações cambiais apresenta-se como segue:

	2021	2020
Ganhos em operações cambiais	441 183 629	354 200 561
Perdas em operações cambiais	(257 388 537)	(166 295 097)
	<b>183 795 092</b>	<b>187 905 464</b>

**5 Rendimentos líquidos em activos financeiros ao custo amortizado**

A rubrica de operações cambiais apresenta-se como segue:

	2021	2020
Ganhos na compra e revenda de títulos	112 500	2 842 877
Perdas em prémios de emissão	(1 359 897)	(7 077 602)
	<b>(1 247 397)</b>	<b>(4 234 725)</b>

**6 Outros resultados de exploração**

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2021	2020
Outros proveitos de exploração		
Recuperação de créditos	2 951 913	5 196 696
Reversão de encargos com credores	32 505 255	597 691
Outros ganhos	917 098	968 323
	<b>36 374 266</b>	<b>6 762 710</b>

	2021	2020
Outros custos de exploração		
Donativos e quotizações	(508 250)	(622 511)
Multas e outras penalidades legais	(67 046 400)	(8 092 158)
Outros custos de exploração	(4 559 800)	(1 743 740)
	<b>(72 114 450)</b>	<b>(10 458 409)</b>
	<b>(35 740 184)</b>	<b>(3 695 699)</b>

A rubrica reversão de encargos com credores inclui uma reversão de valores a pagar ao grupo, referentes a exercícios anteriores no valor de MZN 23,388,525.

**7 Gastos com pessoal**

A rubrica de gastos com pessoal apresenta-se como segue:

	2021	2020
Remunerações aos trabalhadores	275 681 264	255 494 135
Impostos sobre as remunerações	9 438 084	9 395 386
Formações/treinamento	2 622 117	2 360 709
	<b>287 741 465</b>	<b>267 250 230</b>

O crescimento verificado em 2021, alinhado com a estratégia do Banco, deve-se à contratação de novos quadros acompanhando o crescimento do negócio e de suporte do banco.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 os colaboradores distribuíam-se nas seguintes categorias profissionais.

	2021	2020
Directores/sub-Directores	19	19
Chefes de Serviço	10	13
Gestores/Analistas/Gerentes	33	19
Técnicos	61	60
Suporte	8	8
	<b>131</b>	<b>119</b>

**8 Outros gastos operacionais**

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2021	2020
Manutenção	40 712 138	25 990 036
Serviços prestados por contrapartes do grupo	32 676 097	22 470 000
Consultoria	26 063 217	17 774 534
Comunicações	16 016 758	17 270 903
Segurança	12 121 785	11 603 094
Publicidade	9 453 835	7 066 374
Despesas de viagem e de representação	13 415 696	6 571 924
Consumíveis	7 745 608	6 401 665
Água, energia e combustíveis	5 933 937	5 469 896
Rendas e aluguer	8 020 134	1 080 642
Outros gastos	10 860 653	6 621 156
	<b>183 019 858</b>	<b>128 320 224</b>

Nos últimos anos o Banco tem desenvolvido várias actividades para alargar a cobertura do serviço ao cliente, bem como melhorar a eficiência dos seus processos internos, em linha com a estratégia de crescimento e de consolidação do Banco. Em 2021 desenvolvemos e adquirimos novas aplicações ao nível das áreas de back-office do Banco, novas funcionalidades no nosso ebanking e lançamos os cartões VISA. Foram iniciados outros projectos, tais como Aquiring VISA e migração para a plataforma Euronet. A implementação do Finacle Treasury começou em 2021 e deverá passar para a produção em 2022. Estes projectos implicaram o aumento dos custos de manutenção.

Os custos com consultoria incluem serviços de auditoria externa para os quais foram suportados cerca de 4.9 e 4.3 milhões de meticaís em 2020 e 2021, respectivamente.

As despesa de viagem e de representação referem-se a viagens do grupo e custos suportados com as viagens a nível do grupo.

Os serviços prestados pelas contrapartes do grupo, referem-se a uma provisão de custos a pagar relativos à prestação de serviços de suporte, por parte do FMB capital Holdings Plc e First Capital Shared Services Ltd (Nota 31)

**9 Impostos sobre o rendimento**

9.1 Imposto sobre rendimento reconhecido em resultados

	2021	2020
Imposto corrente	65 053 365	49 269 510
Imposto diferido	(32 991 440)	(85 498 747)
	<b>32 061 925</b>	<b>(36 229 237)</b>

**Reconciliação de gastos com impostos**

Reconciliação entre o lucro contabilístico e gastos com impostos:

	2021		2020	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
<b>Lucro antes de impostos</b>		<b>126 431 424</b>		<b>91 328 331</b>
Imposto sobre o rendimento usando a taxa de imposto	32,00%	40 458 056	32,00%	29 225 066
Correcções fiscais				
Encargos não dedutíveis	29,02%	36 686 499	10,12%	9 242 266
Rendimentos dedutíveis	-87,11%	(110 135 995)	-87,00%	(79 452 127)
Tributação		-		-
IRPC sobre rendimentos de juros de títulos de dívida e outras aplicações - taxa liberatória	20,00%	65 053 365	20,00%	49 269 510
<b>Imposto corrente do exercício</b>	<b>51%</b>	<b>65 053 365</b>	<b>54%</b>	<b>49 269 510</b>

Segue-se a análise de activos por impostos diferidos apresentados na demonstração da posição financeira:

**Activos por impostos diferidos**

Prejuízos fiscais	32 991 440	85 498 747
<b>Total de activos por impostos diferidos</b>	<b>32 991 440</b>	<b>85 498 747</b>

Reconciliação de activos por impostos diferidos

Em 1 de Janeiro	139 041 718	53 542 971
Aumento	32 991 440	85 498 747
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>172 033 158</b>	<b>139 041 718</b>

**Reconciliação dos prejuízos fiscais**

Em 1 de Janeiro	471 955 374	373 842 970
Prejuízo do exercício	103 098 250	128 077 491
Abate (Período de recuperabilidade expirado)	-	(29 965 087)
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>575 053 624</b>	<b>471 955 374</b>

O Banco apresenta prejuízos fiscais acumulados no montante de 575,053,624 Meticaís (2020: 471,955,374 Meticaís), que podem ser utilizados para compensar lucros fiscais futuros, dentro de um período de cinco anos, apresentando-se do seguinte modo:

Ano de Origem	Ano de expiração	Prejuízos fiscais	Imposto diferido
2017	2022	176,556,099	44,513,950
2018	2023	105,854,506	33,873,442
2019	2024	61,467,278	19,669,529
2020	2025	128,077,491	40,984,797
2021	2026	103,098,250	32,991,440
<b>TOTAL</b>		<b>575,053,624</b>	<b>172,033,158</b>

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, o Banco reconheceu impostos diferidos activos por prejuízos fiscais reportáveis, no montante de MZN 32,991,440 e de MZN 85,498,747, respectivamente.

**10 Caixa e Disponibilidades no Banco Central**

A rubrica de Caixa e Disponibilidades no Banco Central é analisada como segue:

Caixa	53 577 951	52 060 620
Banco de Moçambique	824 159 729	970 413 576
	<b>877 737 680</b>	<b>1 022 474 196</b>

Parte dos saldos existentes junto do Banco de Moçambique estão em conformidade com as exigências do Banco Central para constituição de reservas obrigatórias. Em 31 de Dezembro de 2021, o montante das reservas mínimas obrigatórias ascendia a 690,552,704 Meticaís (886,517,737 Meticaís em 2020).

A regra aplicável em 31 de Dezembro de 2021, especificada nas diretrizes do Banco Central, ao abrigo do Aviso nº. 08/GBM/2019 e da Circular nº 06/EMO/2021, determina a manutenção média de depósitos junto do Banco Central de 10.5% para a moeda nacional e 11.5% para a moeda estrangeira de clientes residentes e não residentes e do Estado moçambicano.

Esta reserva não é remunerada e não é considerada como parte de caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa (Nota 29).



**Prospera ao lado de quem acredita em si.**

First Capital Bank S.A.  
Tel: +258 21 320760/3, Cell: +258 82 317 2730, +258 82 317 2760  
NUT 400058921, Maputo, Moçambique  
www.firstcapitalbank.co.mz

Moçambique • Malawi • Zâmbia • Botsuana • Zimbabué • Maurícias

Primeiro, acreditar. www.firstcapitalbank.co.mz

**11 Disponibilidades em instituições de crédito**

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2021	2020
Depósitos em outras instituições de crédito no país	1 498 105	69 822 029
Depósitos em outras instituições de crédito no estrangeiro	248 780 658	238 924 152
<b>Saldo final</b>	<b>250 278 763</b>	<b>308 746 181</b>

**12 Aplicações em instituições de crédito**

As aplicações em instituições de crédito apresentam-se como segue:

	2021	2020
Mercado monetário interbancário	815 001 327	1 330 000 873
Depósitos a prazo em instituições de crédito no país	-	349 996 955
Depósitos a prazo em instituições de crédito no estrangeiro	446 810 000	923 048 437
Juros a receber de aplicações em instituições de crédito	364 362	1 377 410
<b>Saldo final</b>	<b>1 262 175 689</b>	<b>2 604 423 675</b>
Imparidade acumulada	(20 472)	(20 472)
<b>Saldo final</b>	<b>1 262 155 217</b>	<b>2 604 403 203</b>

As aplicações em instituições de crédito são de curto prazo para as quais existe um risco mínimo de alteração de valor.

A análise do movimento da imparidade acumulada é como se segue

	2021	2020
Saldo inicial	20 472	-
Imparidade do exercício	-	20 472
<b>Saldo final</b>	<b>20 472</b>	<b>20 472</b>

**13 Activos financeiros ao custo amortizado**

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2021	2020
Obrigações de emissores nacionais (OT's)	763 507 300	927 843 300
Obrigações Corporativas	-	40 000 000
Bilhetes do Tesouro	1 200 000	54 898 000
<b>Saldo final</b>	<b>764 707 300</b>	<b>1 022 741 300</b>
Juros a receber (obrigações)	23 596 225	21 700 813
Proveitos diferidos (Bilhetes de Tesouro)	(198 057)	(224 529)
<b>Saldo final</b>	<b>788 105 468</b>	<b>1 044 217 584</b>
Imparidade acumulada	(2 503 754)	(2 842 449)
<b>Saldo final</b>	<b>785 601 714</b>	<b>1 041 375 135</b>

O movimento dos activos financeiros ao custo amortizado, apresenta-se como se segue

	2021	2020
Saldo inicial	2 842 449	988 378
Reversão de imparidade	(338 695)	-
Imparidade do exercício	-	1 854 071
<b>Saldo final</b>	<b>2 503 754</b>	<b>2 842 449</b>

**14. Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral**

SIMO	2021	2020
	<b>6,327,548</b>	<b>6,327,548</b>

Os activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral referem-se às acções detidas pelo Banco na SIMO - Sociedade Interbancária de Moçambique, S.A., uma empresa financeira responsável pela compensação de valores.

Dado que não existe um mercado activo no qual pode ser determinado o justo valor de activos semelhantes, este investimento financeiro foi mensurado ao custo. Além disso, toda a informação relevante disponível à data do balanço indica que não há evidência objectiva que poderia levar a concluir que o activo financeiro esteja em imparidade e, como tal, nenhuma imparidade foi constituída.

**15 Empréstimos e adiantamentos a clientes**

Empréstimos e adiantamentos a clientes apresenta-se como segue:

	2021	2020
Crédito		
Carteira vincenda	1 937 688 743	1 306 479 771
Carteira vencida	189 080 713	60 173 099
Descobertos bancários		
Carteira vincenda	1 794 331 839	901 860 553
Carteira vencida	68 747 188	59 354 520
<b>Saldo final</b>	<b>3 989 848 483</b>	<b>2 327 867 943</b>
Juros a receber	54 939 091	7 575 949
Comissões diferidas	(14 416 968)	(12 400 935)
Imparidade acumulada	(46 695 299)	(89 775 851)
<b>Saldo final</b>	<b>3 983 675 307</b>	<b>2 233 267 106</b>

A análise do movimento da imparidade acumulada para créditos a clientes é como se segue:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
2021				
Saldo de abertura	15 350 795	142 350	74 282 706	89 775 851
Imparidade de exercício	4 954 132	10 102 205	89 484 568	104 540 906
Reversões	(7 583 955)	(9 761 599)	(3 544 950)	(20 890 505)
Utilização	-	-	(124 688 977)	(124 688 977)
Ajustamentos as imparidades	-	-	(2 041 977)	(2 041 977)
<b>Saldo final</b>	<b>12 720 973</b>	<b>482 956</b>	<b>33 491 370</b>	<b>46 695 299</b>
2020				
Saldo de abertura	10 835 445	7 720 554	40 361 540	58 917 539
Imparidade de exercício	10 335 154	4 123 117	49 601 654	64 059 925
Reversões	(5 819 805)	(11 701 320)	-	(17 521 125)
Utilização	-	-	(15 680 489)	(15 680 489)
<b>Saldo final</b>	<b>15 350 795</b>	<b>142 350</b>	<b>74 282 706</b>	<b>89 775 851</b>

**16 Activos não correntes detidos para venda**

	2021	2020
Imóveis recebidos em dação	23 316 429	41 118 092
Imparidade de activos não correntes detidos para venda	(18 364 721)	(18 364 721)
<b>Saldo final</b>	<b>4 951 708</b>	<b>22 753 371</b>

O movimento da imparidade apresenta-se como segue:

	2021	2020
Saldo de abertura	18 364 721	15 364 721
Imparidade do exercício	-	3 000 000
<b>Saldo final</b>	<b>18 364 721</b>	<b>18 364 721</b>

Em 2021 o Banco vendeu um dos imóveis recebido sob forma de dação, que havia sido reconhecido nos exercícios anteriores, não tendo recuperado qualquer imóvel adicional durante o ano de 2021.

**17 Activos tangíveis**

O movimento nos activos tangíveis apresenta-se como segue:

	Obras em edifícios arrendados	Equipamento	Viaturas	Ferramentas e utensílios	Total
<b>Custo</b>					
1 de Janeiro de 2020	147 665 846	66 404 036	32 281 030	12 227 264	258 578 175
Adições	9 245 943	11 548 429	4 233 142	1 336 701	26 364 214
Abates	-	-	(758 940)	-	(758 940)
31 de Dezembro de 2020	156 911 789	77 952 464	35 755 232	13 563 965	284 183 450
Adições	43 785 410	15 266 352	5 720 000	1 814 034	66 585 795
Abates	(31 555 022)	(18 079 243)	(3 335 851)	(9 078 136)	(62 048 252)
31 de Dezembro de 2021	<b>169 142 176</b>	<b>75 139 573</b>	<b>38 139 381</b>	<b>6 299 863</b>	<b>288 720 993</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
1 de Janeiro de 2020	41 175 419	35 032 885	18 024 720	9 291 987	103 525 011
Depreciações do exercício	14 533 029	10 426 470	5 455 467	758 312	31 173 278
Abates	-	-	(758 940)	-	(758 940)
31 de Dezembro de 2020	55 708 448	45 459 355	22 721 247	10 050 299	133 939 350
Depreciações do exercício	15 764 516	13 265 725	7 368 106	471 000	36 869 347
Ajustamentos as depreciações	15 706	(6 066)	-	-	9 640
Abates	(13 053 679)	(15 272 157)	(3 335 851)	(8 607 121)	(40 268 808)
31 de Dezembro de 2021	<b>58 434 991</b>	<b>43 446 858</b>	<b>26 753 502</b>	<b>1 914 178</b>	<b>130 549 530</b>
<b>Valor líquido</b>					
A 1 de Janeiro de 2020	<b>106 490 426</b>	<b>31 371 150</b>	<b>14 256 310</b>	<b>2 935 276</b>	<b>155 053 164</b>
A 31 de Dezembro de 2020	<b>101 203 340</b>	<b>32 493 109</b>	<b>13 033 985</b>	<b>3 513 666</b>	<b>150 244 099</b>
A 31 de Dezembro de 2021	<b>110 707 185</b>	<b>31 692 715</b>	<b>11 385 879</b>	<b>4 385 686</b>	<b>158 171 465</b>

Em 2021, as adições nas rubricas de obras em edifícios arrendados e em equipamentos incluem a remodelação ocorrida na agência da 24 de Julho, cujo espaço foi ampliado para incluir escritórios para as equipas dos segmentos de negócio de Business Banking e do Consumer Lending.

**18. Activos sob direito de uso e passivo de locação**

	2021	2020
<b>Activos</b>		
Saldo de abertura	114 572 353	106 049 070
Ajustamento do saldo de abertura	-	3 835 686
Abates	-	(53 087 223)
Novos contratos	9 302 150	87 913 803
Depreciação	(32 617 108)	(30 138 984)
<b>Saldo final</b>	<b>91 257 394</b>	<b>114 572 353</b>
<b>Passivos</b>		
Saldo de abertura	126 345 638	106 049 070
Ajustamento do saldo de abertura	-	5 480 362
Abates	-	(53 554 021)
Novos contratos	9 302 150	87 913 803
Juros	3 133 057	2 872 386
Pagamentos	(33 904 990)	(31 858 487)
Custos com reavaliacao cambial	(15 230 217)	9 442 524
<b>Saldo final</b>	<b>89 645 638</b>	<b>126 345 638</b>

**19 Activos intangíveis**

O movimento nos activos intangíveis apresenta-se como segue:

	2021	2020
<b>Custo:</b>		
A 1 de Janeiro de 2020	90 383 370	
Adições	9 541 725	
A 31 de Dezembro de 2020	99 925 095	
Adições	17 645 160	
Abates	(2 368 195)	
A 31 de Dezembro de 2021	<b>115 202 059</b>	

Amortizações acumuladas:

	2021	2020
Saldo a 1 Janeiro de 2019	74 825 809	
Amortizações do exercício	4 014 169	
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	78 839 978	
Amortizações do exercício	7 343 218	
Abates	(2 368 195)	
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	<b>83 815 000</b>	

Valor líquido

	2021	2020
A 1 de Janeiro de 2020	15 557 561	
A 31 de Dezembro de 2020	21 085 117	
A 31 de Dezembro de 2021	<b>31 387 059</b>	

As adições em activos intangíveis são influenciadas pela aquisição de licenças de software para implementação do VISA e desenvolvimentos a nível do sistema que se espera que tragam benefícios futuros para o Banco

## 20 Activos por impostos correntes

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2021	2020
Retenções na fonte sobre - IRPC	<b>27 613 854</b>	<b>27 613 854</b>

Em 31 de Dezembro de 2021, o valor das retenções na fonte respeita às retenções efectuadas por terceiros sobre juros de aplicações em outras instituições de crédito e juros provenientes de títulos, recebidos entre os exercícios de 2008 a 2013.

## 21 Outros activos

Outros activos apresentam-se como segue:

Custos diferidos	18 173 405	17 039 255
Outros valores a receber	4 273 234	3 666 568
Diversos	9 985 720	2 082 617
	<b>32 432 359</b>	<b>22 788 440</b>

## 22 Recursos de outras instituições de crédito

Bancos estrangeiros	351 735 153	36 893 709
Juros a pagar	957 450	-
	<b>352 692 603</b>	<b>36 893 709</b>

O saldo em 31 de Dezembro de 2021 é referente, essencialmente, ao Crown Agents Bank Limited (London) e ao First Capital Bank (Botswana), pelos montantes de MZN 167,497,143 e de MZN 159,575,000 com vencimento a 7 de Fevereiro de 2022.

## 23 Depósitos de clientes

A rubrica de depósitos de clientes é analisada como segue:

A ordem	2 555 876 924	3 414 222 088
A prazo	2 781 147 970	2 259 012 455
Contas poupança	62 623 677	59 170 442
Juros a pagar	20 748 189	17 525 676
	<b>5 420 396 760</b>	<b>5 749 930 661</b>

## 24 Provisões para garantias bancárias prestadas e créditos documentários

Esta rubrica analisa-se como segue:

Saldo de abertura	9 467 594	4 890 362
Provisão do exercício	19 089 245	6 797 787
Reversões	(7 921 217)	(2 824 236)
Diferenças de reavaliação cambial	(1 531 121)	603 681
Saldo final	<b>19 104 501</b>	<b>9 467 594</b>

As provisões para garantias prestadas e créditos documentários correspondem às perdas de crédito esperadas e são calculadas tal como requerido pela IFRS9.

## 25 Outros passivos

Esta rubrica analisa-se como segue:

Acréscimos de gastos	81 030 643	114 317 595
Estado	11 646 426	15 096 611
Contas de regularização	7 146 287	54 916 509
Provisões para outros riscos e outros encargos	14 707 634	14 840 770
	<b>114 530 990</b>	<b>199 171 485</b>

A rubrica de Contas de regularização é composta, essencialmente, pelos saldos de compensação em aberto nos últimos dias do ano, saldos esses regularizados nos dias 3 e 4 de Janeiro de 2022.

A rubrica de provisões para outros riscos e outros encargos inclui essencialmente provisões para contingências fiscais.

A rubrica de acréscimos inclui basicamente acréscimos de gastos administrativos no valor de 42,563,502 Meticais (2020: 99,313,084 Meticais)

As contas a pagar ao estado encontram-se desagregadas abaixo:

IRPS	4 613 602	10 201 517
Imposto de selo	2 469 279	2 993 922
INSS	-	1 154 009
IVA	<b>4 563 545</b>	<b>747 163</b>
	<b>11 646 426</b>	<b>15 096 611</b>



## 26 Capital social

O valor nominal do Banco apresenta a seguinte estrutura accionista:

	2021	2020
FMB Capital Holding, Plc	1 360 000 000	1 360 000 000
Premier Capital	255 000 000	255 000 000
Prime Bank	85 000 000	85 000 000
	<b>1 700 000 000</b>	<b>1 700 000 000</b>

O número de acções do Banco apresenta a seguinte estrutura accionista:

FMB Capital Holding, Plc	13 600 000	13 600 000
Premier Capital	2 550 000	2 550 000
Prime Bank	850 000	850 000
	<b>17 000 000</b>	<b>17 000 000</b>

FMB Capital Holding, Plc	80,00%	80,00%
Premier Capital	15,00%	15,00%
Prime Bank	5,00%	5,00%
	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Saldo inicial	17 000 000	15 150 000
Acções emitidas	-	1 850 000
Saldo final	<b>17 000 000</b>	<b>17 000 000</b>

## 27 Reservas

As reservas apresentam-se como segue:

Reserva legal	61 349 071	42 215 436
Reserva de risco de crédito	48 322 590	48 322 590
	<b>109 671 661</b>	<b>90 538 026</b>

## Reserva legal

Nos termos da legislação moçambicana em vigor à data de aprovação das contas, o Banco deve alocar anualmente uma reserva legal de pelo menos 15% dos seus lucros líquidos auditados, até que seja igual ao capital social. A reserva não pode ser distribuída, mas pode ser usada para cobrir prejuízos ou aumentar o capital social.

## 28 Itens não representativos de caixa incluídos nos (prejuízos) / lucros antes de impostos

Depreciações e amortizações líquidas de abates (Nota 17,18 e 19)	(76 829 673)	(65 326 430)
Imparidade de crédito (Nota 15)	(83 650 401)	(46 538 800)
Provisões para garantias bancárias prestadas e créditos documentários (Nota 24)	(11 168 028)	(3 973 551)
Perdas por imparidade de outros activos (Nota 13)	338 695	(4 874 543)
	<b>(171 309 407)</b>	<b>(120 713 324)</b>

## 29 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresenta-se como segue:

Caixa e disponibilidades no Banco Central (Nota 10)	877 737 680	1 022 474 196
Disponibilidades em instituições de crédito (Nota 11)	250 278 763	308 746 181
Aplicações em instituições de crédito (Nota 12)	1 262 155 217	2 604 403 203
Reserva no Banco Central (Nota 10)	(690 552 704)	(886 517 737)
	<b>1 699 618 956</b>	<b>3 049 105 843</b>

## 30. Instrumentos financeiros

### 30.1. Classificação dos instrumentos

	Custo amortizado	Justo valor através de outro rendimento integral	Total
<b>2021</b>			
<b>Activos financeiros</b>			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	877 737 680	-	877 737 680
Disponibilidades em instituições de crédito	250 278 763	-	250 278 763
Aplicações em instituições de crédito	1 262 155 217	-	1 262 155 217
Activos financeiros ao custo amortizado	785 601 714	-	785 601 714
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	-	6 327 548	6 327 548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3 983 675 307	-	3 983 675 307
Outros activos	4 273 234	-	4 273 234
<b>Total do activo</b>	<b>7 163 721 915</b>	<b>6 327 548</b>	<b>7 170 049 463</b>

	Custo amortizado	Justo valor através de resultados	Total
<b>Passivos financeiros</b>			
Aplicações de instituições de crédito	352 692 603	-	352 692 603
Depósitos de clientes	5 420 396 760	-	5 420 396 760
Outros passivos	81 030 643	-	81 030 643
<b>Total do passivo</b>	<b>5 854 120 006</b>	<b>-</b>	<b>5 854 120 006</b>

	Custo amortizado	Justo valor através de outro rendimento integral	Total
<b>2020</b>			
<b>Activos financeiros</b>			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	1 022 474 196	-	1 022 474 196
Disponibilidades em instituições de crédito	308 746 181	-	308 746 181
Aplicações em instituições de crédito	2 604 403 203	-	2 604 403 203
Activos financeiros ao custo amortizado	1 041 375 135	-	1 041 375 135
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	-	6 327 548	6 327 548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2 233 267 106	-	2 233 267 106
Outros activos	3 666 568	-	3 666 568
<b>Total do activo</b>	<b>7 213 932 389</b>	<b>6 327 548</b>	<b>7 220 259 937</b>

	Custo amortizado	Justo valor através de resultados	Total
<b>Passivos financeiros</b>			
Aplicações de instituições de crédito	36 893 709	-	36 893 709
Depósitos de clientes	5 749 930 661	-	5 749 930 661
Outros passivos	114 317 595	-	114 317 595
<b>Total do passivo</b>	<b>5 901 141 965</b>	<b>-</b>	<b>5 901 141 965</b>

### 30.2 Justo valor dos instrumentos financeiros

#### Activos financeiros ao custo amortizado

Estes activos são valorizados através de um modelo que usa quer variáveis observáveis, quer variáveis não observáveis no mercado. As variáveis não observáveis no mercado incluem pressupostos relativamente ao investimento, ao perfil de risco e aos pressupostos económicos relativamente à indústria e localização geográfica onde o investimento opera.

Os activos financeiros são descontados usando como referência uma taxa de juro indexada aos Bilhetes do tesouro, tendo sido considerada a taxa média para prazos iguais ou superior a 63 dias, equivalente a 13.37%.

#### Determinação da hierarquia de justo valor dos instrumentos financeiros

O Banco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos para os activos e passivos identificáveis.

Nível 2: Outras técnicas de valorização cujos inputs, que apresentam um impacto significativo na determinação do justo valor, estão associados a informação observável no mercado, quer directa, quer indirectamente.

Nível 3: Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

Os quadros a seguir mostram a análise dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor por nível de hierarquia:

2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Activos financeiros</b>				
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	-	-	6 327 548	6 327 548
			<b>6 327 548</b>	<b>6 327 548</b>
<b>2020</b>				
<b>Activos financeiros</b>				
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	-	-	6 327 548	6 327 548
			<b>6 327 548</b>	<b>6 327 548</b>

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros do Banco que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

	2021		2020	
	Valor do balanço	Justo valor	Valor do balanço	Justo valor
<b>Activos financeiros</b>				
Activos financeiros ao custo amortizado	785 601 714	785 601 714	1 041 375 135	1 041 375 135
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3 983 675 307	3 983 675 307	2 233 267 106	2 233 267 106
	<b>4 769 277 021</b>	<b>4 769 277 021</b>	<b>3 274 642 241</b>	<b>3 274 642 241</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Recursos de instituições de crédito	352 692 603	352 692 603	36 893 709	36 893 709
Depósitos de clientes	5 420 396 760	5 420 396 760	5 749 930 661	5 749 930 661
	5 773 089 363	5 773 089 363	5 786 824 370	5 786 824 370
	<b>(1 003 812 342)</b>	<b>(1 003 812 342)</b>	<b>(2 512 182 129)</b>	<b>(2 512 182 129)</b>

O Conselho de Administração considera que todos os instrumentos financeiros, para além dos empréstimos e adiantamentos a clientes se aproximam do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos. O justo valor dos activos e passivos financeiros considera o valor em que o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes interessadas, excepto numa venda forçada ou de liquidação.

### 31 Partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Aplicações com outros bancos

#### Recursos de outras instituições

	2021	2020
Premier Capital Mauritius	323 777	57 478 059
FMB, Capital Holdings	2 644 952	2 644 952
Prime Bank, Quenia	159 076	159 076
First Capitalbank Botswana	159 575 000	-
	<b>162 702 805</b>	<b>60 282 087</b>

#### Outros passivos

	2021	2020
FMB Capital Holdings, Plc	9 767 044	21 040 044
FCSSL	2 774 690	9 221 107
First Capital Bank Malawi	5 238 165	2 522 476
	<b>17 779 900</b>	<b>32 783 627</b>

#### Despesas suportadas

	2021	2020
Premier Capital	1 044 551	11 860 339
FMB, Capital Holdings	19 402 163	10 212 532
FCSSL	7 927 978	5 813 107
First Capitalbank Botswana	4 631 012	3 943 719
First Capital Bank Malawi	2 130 174	238 768
	<b>35 135 878</b>	<b>32 068 465</b>

#### Ganhos reconhecidos

	2021	2020
First Capital Zambia	-	1 228 984
FCB Malawi	-	876 827
FMB, Capital Holdings	15 713 925	-
FCSSL	7 674 600	-
	<b>23 388 525</b>	<b>2 105 811</b>

#### Benefícios dos órgãos de gestão

	2021	2020
Remunerações	27 183 988	38 308 677
Cessação de emprego	10 679 550	-
	<b>37 863 538</b>	<b>38 308 677</b>

### 32 Contingências e compromissos

	2021	2020
Garantias prestadas	1 582 022 413	2 017 906 282
Cartas de crédito	1 946 800 634	1 714 175 039
Limites de crédito não utilizados	679 506 629	1 448 737 713
Custódia de títulos	76 429 796	64 378 140
	<b>4 284 759 472</b>	<b>5 245 197 174</b>

### 33. Gestão de Risco, objectivos e políticas

A gestão de riscos assenta na constante identificação e análise da exposição a diferentes riscos (crédito, mercado, liquidez, operacional e outros), e na execução de estratégias de maximização de resultados face aos riscos, dentro de restrições pré-estabelecidas e devidamente supervisionadas.

A actividade do Banco é exposta a um conjunto de riscos financeiros e essas actividades envolvem a análise, avaliação, aceitação e gestão de determinados graus de risco ou combinação de riscos. O objectivo do Banco é atingir um equilíbrio entre o risco e o retorno financeiro e minimizar os potenciais impactos adversos no seu desempenho financeiro.

Por natureza, a actividade do Banco assenta, essencialmente, na utilização de instrumentos financeiros. O Banco aceita depósitos de clientes quer a taxa de juro fixa, quer variável, e procura obter margens de rentabilidade investindo em activos de alta qualidade. O Banco procura aumentar as margens consolidando os fundos de curto prazo e emprestando por períodos mais prolongados a taxas mais elevadas mantendo a liquidez suficiente para fazer face a todos os desembolsos necessários e obrigações que eventualmente ocorram.

As políticas de gestão de risco do Banco estão desenhadas para identificar e analisar esses riscos a fim de estabelecer determinados limites de risco e controlos de monitorização para assegurar a sua aderência aos limites estabelecidos, por meio de sistemas actualizados. O Banco revê regularmente as políticas de gestão de risco e sistemas de forma a reflectir as alterações nos mercados, produtos e melhores práticas.

A análise qualitativa da gestão do risco do Banco é apresentada como segue:

#### Gestão do Risco de crédito

O comité de crédito do Banco é responsável por gerir o risco de crédito através das seguintes práticas:

- Garantir que o Banco tenha práticas de risco de crédito adequadas, incluindo um sistema eficaz de controlo interno, para determinar de forma consistente as provisões adequadas de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos pelo Banco, IFRS e orientações relevantes de supervisão.
- Identificar, avaliar e medir o risco de crédito do Banco, desde o instrumento individual até ao nível da carteira como um todo
- Criação de políticas de crédito para proteger o Banco contra os riscos identificados, incluindo os requisitos para obter garantias dos tomadores de empréstimos, para realizar avaliações de crédito contínuas e robustas dos mutuários e monitorar continuamente as exposições em relação aos limites internos de risco.
- Limitar as concentrações de exposição por tipo de activo, contrapartes, indústria, classificação de crédito, localização geográfica, etc.
- Estabelecer uma estrutura de controlo robusta em relação à estrutura de autorização para a aprovação e renovação de linhas de crédito.
- Desenvolver e manter métricas para categorização das exposições de acordo com o grau de risco de incumprimento. As notações de risco estão sujeitas a revisões regulares.
- Desenvolver e manter os processos do Banco para medir as perdas de crédito esperadas (ECL), incluindo o monitoramento de risco de crédito, incorporação de informações prospectivas e o método usado para medir ECL.
- Garantir que o Banco possua políticas e procedimentos para manter e validar adequadamente os modelos usados para avaliar e medir ECL.
- Estabelecer um processo de avaliação contabilística do risco de crédito e para contabilizar a ECL.
- Fornecer aconselhamento, orientação e habilidades especializadas às unidades de negócio para promover as melhores práticas em todo o Banco na gestão do risco de crédito.

A função de auditoria interna realiza auditorias regulares, certificando-se de que os controlos e procedimentos estabelecidos estão adequadamente desenhados e implementados e são eficientes.

#### Aumento Significativo no risco de crédito

O Banco monitora todos os activos financeiros que estão sujeitos a exigências de imparidades para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco irá mensurar a provisão para perdas esperadas.

#### Ratings internos crédito

As informações de classificação de crédito são baseadas numa série de dados que são determinados como preditivos do risco de incumprimento e da aplicação de julgamento de crédito experiente. A natureza da exposição e o tipo de tomador são considerados na análise. As notações de risco de crédito são definidas usando factores qualitativos e quantitativos que são indicativos do risco de incumprimento.

As classificações de risco de crédito são projectadas e calibradas para reflectir o risco de incumprimento, conforme o risco de crédito se deteriora. Cada exposição é alocada a uma classificação de risco de crédito no reconhecimento inicial, com base nas informações disponíveis sobre a contraparte. Todas as exposições são monitoradas e a notação de risco de crédito é actualizada para reflectir as informações actuais. Os seguintes dados são normalmente usados para monitorar as exposições individuais e numa perspectiva de Grupo económico:

- Registo de pagamentos, incluindo o cumprimento do serviço de dívida e atrasos no cumprimento de obrigações contratuais;
- Extensão da utilização do limite concedido;
- Reestruturação do prazo de pagamento e das condições de crédito;
- Mudanças nas condições comerciais, financeiras e económicas do negócio do cliente ou do sector que opera;
- Informações de rating de crédito fornecidas por agências externas de rating;
- Para exposições de retalho são tidos em consideração comportamento do cliente, métricas de acessibilidade etc.;
- Para exposições corporativas, é considerada uma revisão periódica do histórico e exposição dos clientes, incluindo revisão de demonstrações financeiras auditadas, dados de mercado, como preços de obrigações cotadas, quando disponíveis, mudanças no sector em que o cliente opera, etc.

O Banco utiliza as classificações de risco de crédito como uma entrada principal na determinação da PD (Probabilidade de incumprimento) para as respectivas exposições. O Banco recolhe informações de desempenho e de incumprimento sobre as suas exposições ao risco de crédito, analisadas por jurisdição ou região e por tipo de produto e mutuário, bem como por classificação de risco de crédito. As fontes de informação utilizadas são internas e externas, dependendo do portfólio avaliado.

### Incorporação de informações prospectivas (*Forward looking*)

O Banco utiliza informações prospectivas, que estão amplamente disponíveis, na sua avaliação do aumento significativo do risco de crédito, bem como na mensuração da ECL. O Banco emprega especialistas que usam informações externas e internas para gerar um cenário de "caso base" de previsão futura de variáveis económicas relevantes, juntamente com uma variedade representativa de outros possíveis cenários de previsão. As informações externas utilizadas incluem dados económicos e previsões publicadas por órgãos governamentais e autoridades monetárias.

O Grupo aplica probabilidades aos cenários de previsão identificados, considerando um cenário base como o resultado mais provável e que consiste em informações usadas pelo Banco para planeamento estratégico e orçamento. O Banco identifica e documenta os principais factores de risco de crédito e perdas de crédito para cada carteira de instrumentos financeiros e, usando uma análise estatística de dados históricos, estimara as relações entre variáveis macroeconómicas e risco de crédito e perdas de crédito. O Banco não efectua alterações nas técnicas de estimativa ou pressupostos significativos usados durante o período de relato.

### Mensuração da ECL

A PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte temporal. O seu cálculo baseia-se em modelos de classificação estatística e é avaliada utilizando ferramentas de classificação adaptadas às várias categorias de contrapartes e exposições. Estes modelos estatísticos baseiam-se em dados de mercado (quando disponíveis), assim como dados internos que compreendem tanto factores quantitativos como qualitativos. As PDs são estimadas considerando os vencimentos contratuais das exposições e as taxas estimadas de pagamento antecipado. A estimativa é baseada nas condições actuais, ajustadas para levar em conta as estimativas de condições futuras que afectarão a PD.

ALGD (perda dado o incumprimento) é uma estimativa da perda decorrente do incumprimento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de qualquer garantia. Os modelos de LGD para activos garantidos consideram previsões de avaliação de garantias futuras, considerando descontos de venda, tempo de realização de garantias e custo de realização das mesmas. Os modelos de LGD para activos não garantidos consideram o tempo de recuperação e taxas de recuperação. O cálculo é feito com base no fluxo de caixa descontado, em que os fluxos de caixa são descontados pela taxa de juro efectiva original do empréstimo.

EAD (exposição na data do incumprimento) é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data do balanço, incluindo pagamentos de capital e juros, e perdas esperadas. A abordagem do Banco para a EAD reflecte as alterações esperadas na exposição ao longo da vida do empréstimo permitidas pelos termos contratuais actuais, tais como perfis de amortização, reembolso antecipado ou pagamento em excesso, mudanças na utilização de compromissos não utilizados e acções de mitigação de crédito tomadas antes do incumprimento. Os modelos EAD usados pelo Banco reflectem igualmente as características das carteiras de crédito.

O Banco avalia a ECL considerando o risco de incumprimento durante o período contratual máximo (incluindo opções de extensão) sobre o qual a entidade está exposta ao risco de crédito e não por um período mais longo, mesmo que a extensão ou renovação de contracto seja prática comercial comum. Contudo, para instrumentos financeiros como linhas de crédito renováveis e facilidades de descoberto que incluem um empréstimo e uma componente de compromisso não utilizada, a capacidade contratual do Banco de exigir o reembolso e cancelar o compromisso não utilizado não limita a exposição do Banco a perdas de crédito no período de aviso prévio. Para tais instrumentos financeiros, o Banco mensura a ECL durante o período em que está exposto ao risco de crédito e a ECL não é mitigada por acções de gestão de risco de crédito, mesmo que esse período se estenda além do período contratual máximo. Estes instrumentos financeiros não têm um prazo fixo ou estrutura de reembolso e têm um curto período de cancelamento contratual. Os instrumentos financeiros são administrados de forma coletiva e são cancelados somente quando o Banco toma conhecimento de um aumento no risco de crédito. Este período mais longo é estimado tendo em conta as acções de gestão de risco de crédito que o Banco espera tomar para mitigar a ECL, como por exemplo redução nos limites ou cancelamento do compromisso de empréstimo.

O cálculo da ECL para fins contabilísticos é diferente do cálculo da ECL para fins regulamentares, embora muitos dos elementos utilizados sejam semelhantes.

### Agrupamentos baseado em características de riscos compartilhados

Quando a ECL é medida coletivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco compartilhadas, tais como:

- Tipo de instrumento;
- Grau de risco de crédito;
- Tipo de colateral;
- Data do reconhecimento inicial;
- Prazo remanescente até ao vencimento;
- Indústria ou sector do mutuário;
- Valor da garantia em relação ao activo financeiro se tiver um impacto na probabilidade de ocorrência de um incumprimento.

### Qualidade do crédito

O Banco monitora o risco de crédito por classe de instrumento financeiro. A tabela abaixo descreve as classes identificadas, bem como o item das demonstrações financeiras e a nota que fornece uma análise dos itens incluídos na linha do balanço financeiro para cada classe de instrumento financeiro.

Classe do instrumento financeiro	Instrumento financeiro na posição financeira	Nota
Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Caixa e disponibilidades no banco central	Nota 10
Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Disponibilidades em instituições de crédito	Nota 11
Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Aplicações em instituições de crédito	Nota 12
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Nota 15
Activos financeiros ao custo amortizado	Activos financeiros ao custo amortizado	Nota 13
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Nota 14
Outros empréstimos e adiantamentos	Outros activos	Nota 21
Compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira	Provisões para garantias bancárias prestadas e crédito documentários	Nota 24

### Concentração do risco de crédito

Uma análise das concentrações de risco de crédito do Banco por classe de activo financeiro é detalhada na tabela abaixo. A menos que especificamente indicado, para activos financeiros, os valores na tabela representam valores contabilísticos líquidos. Relativamente aos compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira, os valores na tabela representam os valores comprometidos ou garantidos, respectivamente.

	Empréstimos e adiantamentos aos Bancos ao custo amortizado	Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Investimentos em títulos ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira
<b>2021</b>					
Comércio	-	1 566 747 007	-	-	1 738 313 856
Agricultura	-	31 984 869	-	-	-
Retalho	-	488 774 925	-	-	-
Construção	-	103 730 429	-	-	321 648 312
Indústria	-	1 072 557 614	-	-	509 491 570
Mineração	-	318 358 574	-	-	584 273 454
Comunidade de social e serviços	-	-	-	-	-
Transporte e comunicações	-	8 496 280	-	-	-
Indústria metalúrgica	-	215 021 172	-	-	1 850 000
Estado	-	-	784 401 714	-	-
Financeiros	446 810 000	-	-	6 327 548	-
Banco Central	815 345 217	-	1 200 000	-	-
Outros sectores	-	178 004 438	-	-	373 245 856
	<b>1 262 155 217</b>	<b>3 983 675 307</b>	<b>785 601 714</b>	<b>6 327 548</b>	<b>3 528 823 047</b>

	Empréstimos e adiantamentos aos Bancos ao custo amortizado	Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Investimentos em títulos ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira
<b>2020</b>					
Comércio	-	786 697 285	-	-	1 695 798 705
Retalho	-	141 578 583	-	-	-
Agricultura	-	305 156 986	-	-	-
Indústria	-	556 257 431	-	-	593 707 828
Mineração	-	61 956 623	-	-	511 611 971
Transporte e comunicações	-	10 852 972	-	-	-
Construção	-	171 765 533	-	-	700 843 572
Indústria Metalúrgica	-	11 116 313	-	-	-
Financeiros	1 273 045 392	-	40 000 000	6 327 548	-
Banco Central	1 331 357 811	-	982 741 300	-	-
Outros sectores	-	282 486 216	-	-	230 119 244
	<b>2 604 403 203</b>	<b>2 327 867 942</b>	<b>1 022 741 300</b>	<b>6 327 548</b>	<b>3 732 081 320</b>

### Exposição ao risco de crédito por classe de activo financeiro, rating interno e "estágio"

Uma análise da exposição ao risco de crédito do Banco por classe de activo financeiro, classificação interna e "estágio" sem levar em conta os efeitos de qualquer garantia ou outras melhorias de crédito é fornecida nas tabelas seguintes. A menos que especificamente indicado, para activos financeiros, os valores na tabela representam valores contabilísticos brutos. Para os compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira, os valores na tabela representam os valores comprometidos ou garantidos, respectivamente.

	Grau de investimento (1-3)	Monitoramento padrão (4-7)	Empréstimos em incumprimento (8-10)	Imparidade	Exposição líquida	2020
<b>2021</b>						
Caixa e disponibilidades no Banco Central	877 737 680	-	-	-	877 737 680	1 022 474 196
Disponibilidades em instituições de crédito	250 278 763	-	-	-	250 278 763	308 746 181
Aplicações em instituições de crédito	1 262 175 689	-	-	(20 472)	1 262 155 217	2 603 025 793
Activos financeiros ao custo amortizado	788 105 468	-	-	(2 503 754)	785 601 714	1 019 898 851
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3 514 864 733	428 403 489	87 102 384	(46 695 299)	3 983 675 307	2 238 126 281
Outros activos	14 258 954	-	-	-	14 258 954	5 749 185
Garantias bancárias e cartas de crédito	373 245 856	-	-	(19 104 501)	354 141 355	3 722 613 726
	<b>7 080 667 143</b>	<b>428 403 489</b>	<b>87 102 384</b>	<b>(68 324 026)</b>	<b>7 527 848 990</b>	<b>10 920 634 213</b>

**Perdas por imparidade por classe**

A tabela abaixo resume a as provisões para perdas esperada em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, por classe de exposição/activo:

Classe do instrumento financeiro	2021	2020
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	46 695 299	89 775 851
Investimentos em títulos ao custo amortizado	2 503 754	2 842 449
Activos não correntes detidos para a venda	18 364 721	18 364 721
Outros activos financeiros	20 472	20 472
Garantias bancárias e cartas de crédito	19 104 501	9 467 594
	<b>86 688 747</b>	<b>120 471 087</b>

**Activos financeiros por maturidade contratual**

Um aumento significativo no risco de crédito é identificado antes que a exposição esteja em incumprimento e, no máximo, quando a exposição perfizer 30 dias em atraso. Para empréstimos corporativos e outras exposições existem informações específicas disponíveis sobre o mutuário que são usadas para identificar um potencial aumento significativo no risco de crédito. A tabela abaixo apresenta a carteira bruta dos empréstimos e adiantamento a clientes por antiguidade de saldos:

Categoria	Crédito bruto concedido
Não vencido	3 725 849 303
Até 30 dias	153 731 302
31 a 90 dias	24 723 039
91 a 180 dias	2 760 270
181 a 360 dias	30 844 462
Acima de 360 dias	44 561 899
Reestruturados	7 378 207
	<b>3 989 848 483</b>

**Colaterais e outras garantias de crédito**

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte.

Os principais tipos de garantias obtidas são:

- Para os títulos de crédito e nas transacções de recompra, dinheiro ou títulos;
- Para empréstimos comerciais, encargos sobre imóveis, inventário e contas a receber;
- Para crédito ao retalho, hipotecas sobre imóveis de habitação.

**Empréstimo corporativo**

O Banco solicita garantias e colaterais para empréstimos corporativos. O indicador mais relevante da qualidade de crédito dos clientes corporativos é a análise do seu desempenho financeiro e a sua liquidez, alavancagem, eficácia da gestão e índices de crescimento. Por essa razão, a avaliação de garantias detidas contra empréstimos corporativos não é actualizada rotineiramente. A avaliação de tais garantias é actualizada se o empréstimo for colocado na "lista de observação" e, portanto, sujeito a uma monitoria mais regular. Para créditos com redução no valor recuperável, o Banco obtém avaliações actualizadas de garantias para determinar as suas acções de gestão de risco de crédito.

**Investimentos em títulos**

O Banco detém investimentos em títulos mensurados ao custo amortizado com um valor contabilístico de 764.7 milhões de meticais e através do rendimento integral com um valor contabilístico de 6.3 milhões de meticais. Os investimentos em títulos detidos pelo Banco são obrigações governamentais, bilhetes de tesouro e obrigações corporativas, que não são garantidas.

**Activos financeiros renegociados**

Quando um cliente entra em incumprimento, e temporariamente não consegue fazer face ao serviço de dívida, pode pedir a dilatação do período de pagamento ou uma moratória. Na data de vencimento do período de moratória ou carência, a situação do cliente é reavaliada e os termos dos empréstimos poderão ser renegociados.

**Activos financeiros que se encontrem em imparidade**

O Banco regularmente avalia se existe uma evidência objectiva de que o activo financeiro ou a carteira de activos financeiros valorizados ao custo amortizado evidencia sinais de imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e existem perdas por imparidade se, e apenas se, existe uma prova objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, após a data do primeiro registo no balanço e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros que possa ser fiavelmente estimada.

Os critérios que o Banco utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras do cliente;
- Quebra no contrato, tais como incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Existem fortes evidências de que o cliente vai entrar em falência ou ser objecto de uma reestruturação financeira significativa;
- Desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou

- Observação de dados evidenciando que existe uma diminuição considerável relativamente aos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos, apesar desse decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:

- Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
- Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos.
- Depreciação do valor do colateral; e
- Deterioração da posição do mutuário.

A política de crédito do Banco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorrerem os seguintes eventos:

- O Banco considera que é pouco provável que o mutuário pagará a sua obrigação de crédito, na íntegra, sem recurso a que o Banco tenha de exercer a opção sobre colateral; ou
- Se o mutuário entra em incumprimento com quaisquer condições do contrato, incluindo o cumprimento de determinadas condições ou rácios financeiros.

O Banco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos, e individual ou colectivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos. Todas as exposições com indicação de crédito malparado são avaliadas individualmente quanto a uma potencial imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto à imparidade e para os quais uma perda de imparidade é e continua a ser reconhecida não são incluídos na análise da imparidade colectiva.

Para empréstimos e adiantamentos e activos detidos até à maturidade, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da sua execução menos os custos de tomada de posse e da venda do colateral, quer a execução seja ou não provável.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

**Abates**

O Banco reconhece imparidades por contrapartida de resultados para as perdas ocorridas inerentes à carteira de crédito. Mediante uma avaliação de que não existe uma perspectiva realista da sua recuperação ou de que parte da dívida é incobrável, é efectuado o abate da dívida por contrapartida da imparidade acumulada. Não existe uma periodicidade no reconhecimento do mesmo, devendo ser efectuado quando se torna impossível recuperar parte ou totalidade da dívida, sendo que a oportunidade e a extensão dos abates podem envolver algum elemento de julgamento subjectivo. No entanto, um abate, muitas vezes, será precedido de um evento específico, como o início do processo de insolvência ou outra acção formal de recuperação, o que torna possível estabelecer que uma parte ou a totalidade do empréstimo está além da perspectiva realística de recuperação.

Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos necessários tenham sido concluídos, bem como o montante das perdas ter sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como outros proveitos na demonstração de resultados.

**Risco de Liquidez**

O risco de liquidez é o risco do Banco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais ou de pressão. A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, além de manter valores mínimos de liquidez e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária. Adicionalmente, o Banco dispõe de linhas de financiamento adicionais como plano de contingência, caso seja necessário.

O Banco mantém uma carteira de activos com bastante liquidez e diversificada que poderá ser facilmente utilizada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa. Além disso, o Banco detém reservas obrigatórias correspondentes a 10,5% do saldo médio dos depósitos de residentes, depósitos de não residentes e depósitos do Estado, para a moeda nacional e 11,5% para a moeda estrangeira. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto com o mercado em geral assim como com o Banco em particular.

O Banco monitora diariamente os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para com clientes, que consistem na ponderação dos valores em caixa, depósitos de curto prazo e investimentos altamente líquidos, face aos depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

**Maturidades contratuais não descontadas dos activos e passivos**

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 com base em fluxos de caixa contratuais não descontados:

2021	Correntes	Menos de 3 meses	De 3 meses a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Activos financeiros</b>						
Caixa e disponibilidades no Banco Central	877 737 680	-	-	-	-	877 737 680
Disponibilidades em instituições de crédito	250 278 763	-	-	-	-	250 278 763
Aplicações em instituições de crédito	-	1 262 155 217	-	-	-	1 262 155 217
Activos financeiros ao custo amortizado	20 894 414	-	1 200 000	763 507 300	-	785 601 714
Empréstimos e adiantamentos a clientes	150 004 024	326 198 539	1 864 083 976	1 278 627 927	364 760 841	3 983 675 307
<b>Total activos</b>	<b>1 298 914 881</b>	<b>1 588 353 755</b>	<b>1 865 283 976</b>	<b>2 042 135 227</b>	<b>364 760 841</b>	<b>7 159 448 680</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Recursos de outras instituições de crédito	193 117 603	159 575 000	-	-	-	352 692 603
Depósitos de clientes	3 111 226 055	640 499 527	1 668 671 178	-	-	5 420 396 760
Passivos de locação	-	7 713 617	21 620 601	53 437 893	6 873 528	89 645 639
<b>Total passivos</b>	<b>3 304 343 657</b>	<b>807 788 144</b>	<b>1 690 291 779</b>	<b>53 437 893</b>	<b>6 873 528</b>	<b>5 862 735 001</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>(2 005 428 776)</b>	<b>780 565 612</b>	<b>174 992 197</b>	<b>1 988 697 334</b>	<b>357 887 313</b>	<b>1 296 713 680</b>

2020	Correntes	Menos de 3 meses	De 3 meses a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Activos financeiros</b>						
Caixa e disponibilidades no Banco Central	1 022 474 196	-	-	-	-	1 022 474 196
Disponibilidades em instituições de crédito	308 746 181	-	-	-	-	308 746 181
Aplicações em instituições de crédito	-	2 184 112 002	420 291 201	-	-	2 604 403 203
Activos financeiros ao custo amortizado	-	614 698 591	426 676 544	-	-	1 041 375 135
Empréstimos e adiantamentos a clientes	936 371 921	411 882 702	184 812 047	616 080 147	84 120 289	2 233 267 106
<b>Total activos</b>	<b>2 267 592 298</b>	<b>3 210 693 295</b>	<b>1 031 779 792</b>	<b>616 080 147</b>	<b>84 120 289</b>	<b>7 210 265 821</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Recursos de outras instituições de crédito	-	36 893 709	-	-	-	36 893 709
Depósitos de clientes	3 473 392 433	1 462 639 502	813 898 726	-	-	5 749 930 661
Passivos de locação	-	8 469 926	25 638 118	92 237 594	-	126 345 638
<b>Total passivos</b>	<b>3 473 392 433</b>	<b>1 499 533 211</b>	<b>813 898 726</b>	<b>92 237 594</b>	<b>-</b>	<b>5 786 824 370</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>(1 205 800 135)</b>	<b>1 711 160 084</b>	<b>217 881 066</b>	<b>616 080 147</b>	<b>84 120 289</b>	<b>1 423 441 451</b>

**Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irão variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e as cotações de instrumentos financeiros com mercados activos.

A política e estratégia de gestão de risco de mercado é executada pela Tesouraria e monitorizada pela função de Gestão de Risco, sob a supervisão do ALCO, que se reúne numa base mensal.

**Risco de taxa de juro**

Risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os fluxos de caixa futuros ou o justo valor dos instrumentos financeiros. O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações ou resultar em perdas em caso de ocorrerem variações não previstas.

O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada numa base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro incluem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de clientes.

A tabela abaixo sumariza a análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros do Banco às taxas de juro em 31 de Dezembro de 2021 e 2020:

Activos financeiros	Menos de 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Mais de 1 ano	Sem exposição à taxa de juros	Total
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	-	877 737 680	877 737 680
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	250 278 763	250 278 763
Aplicações em instituições de crédito	1 262 155 217	-	-	-	1 262 155 217
Activos financeiros ao custo amortizado	20 894 414	764 707 300	-	-	785 601 714
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	6 327 548	6 327 548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3 983 675 307	-	-	-	3 983 675 307
Outros activos	-	-	-	14 258 954	14 258 954
<b>Total activos</b>	<b>5 266 724 937</b>	<b>764 707 300</b>	<b>-</b>	<b>1 148 602 945</b>	<b>7 180 035 182</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Recursos de outras instituições de crédito	352 692 603	-	-	-	352 692 603
Depósitos de clientes	3 751 725 582	1 668 671 178	-	-	5 420 396 760
<b>Total passivos</b>	<b>4 104 418 184</b>	<b>1 668 671 178</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5 773 089 362</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>1 162 306 753</b>	<b>(903 963 878)</b>	<b>-</b>	<b>1 148 602 945</b>	<b>1 406 945 820</b>

2020	Menos de 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Mais de 1 ano	Sem exposição à taxa de juros	Total
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	-	1 022 474 196	1 022 474 196
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	308 746 181	308 746 181
Aplicações em instituições de crédito	2 184 112 002	420 291 201	-	-	2 604 403 203
Activos financeiros ao custo amortizado	614 698 591	426 676 544	-	-	1 041 375 135
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	6 327 548	6 327 548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2 233 267 106	-	-	-	2 233 267 106
Outros activos	-	-	-	5 749 185	5 749 185
<b>Total activos</b>	<b>5 032 077 699</b>	<b>846 967 745</b>	<b>-</b>	<b>1 343 297 109</b>	<b>7 222 342 554</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Recursos de outras instituições de crédito	36 893 709	-	-	-	36 893 709
Depósitos de clientes	4 936 031 935	813 898 726	-	-	5 749 930 661
<b>Total passivos</b>	<b>4 972 925 644</b>	<b>813 898 726</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5 786 824 370</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>59 152 055</b>	<b>33 069 019</b>	<b>-</b>	<b>1 343 297 109</b>	<b>1 435 518 184</b>

O impacto na demonstração dos resultados decorrente da alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 é estimada como segue:

	Aumento/ (diminuição) em p.p	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos fundos próprios
<b>2021</b>	+2p.p	(5 166 858)	5 166 858
	-2p.p	5 166 858	(5 166 858)
<b>2020</b>	+2p.p	(1 844 421)	1 844 421
	-2p.p	1 844 421	(1 844 421)

**Risco cambial**

O risco cambial é o risco do valor de um instrumento financeiro variar devido às alterações das taxas de câmbio de mercado. O Conselho de Administração fixa um nível limite de exposição por moeda, em cumprimento das disposições legais em vigor e limites regulamentares aplicáveis. De acordo com a política do Banco, as posições são monitorizadas diariamente para garantir que as mesmas são mantidas dentro dos limites estabelecidos.

A tabela seguinte sumariza a exposição ao risco cambial, a 31 de Dezembro de 2021 e 2020:

Activos financeiros	MZN	USD	ZAR	EUR	INR	GBP	Total
Caixa e disponibilidades no Banco Central	457 989 529	412 296 701	3 537 375	3 914 075	-	-	877 737 680
Disponibilidades em instituições de crédito	2 307 677	238 895 689	453 383	8 373 658	163 247	85 109	250 278 763
Aplicações em instituições de crédito	815 345 217	446 810 000	-	-	-	-	1 262 155 217
Activos financeiros ao custo amortizado	785 601 714	-	-	-	-	-	785 601 714
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6 327 548	-	-	-	-	-	6 327 548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2 511 009 014	1 472 666 293	-	-	-	-	3 983 675 307
<b>Total activos</b>	<b>4 578 580 699</b>	<b>2 570 668 683</b>	<b>3 990 758</b>	<b>12 287 733</b>	<b>163 247</b>	<b>85 109</b>	<b>7 165 776 229</b>
<b>Passivos financeiros</b>							
Recursos de outras instituições de crédito	25 620 460	327 072 143	-	-	-	-	352 692 603
Depósitos de clientes	3 501 833 700	1 905 471 161	3 374 405	9 717 494	-	-	5 420 396 760
Passivos de locação	20 731 208	68 914 430	-	-	-	-	89 645 638
<b>Total passivos</b>	<b>3 548 185 368</b>	<b>2 301 457 735</b>	<b>3 374 405</b>	<b>9 717 494</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5 862 735 001</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>1 030 395 330</b>	<b>269 210 948</b>	<b>616 353</b>	<b>2 570 240</b>	<b>163 247</b>	<b>85 109</b>	<b>1 303 041 228</b>

2020	MZN	USD	ZAR	EUR	INR	GBP	Total
Caixa e disponibilidades no Banco Central	554 424 782	461 144 286	3 414 614	3 490 514	-	-	1 022 474 196
Disponibilidades em instituições de crédito	69 822 029	193 317 974	2 352 671	42 885 698	103 463	264 345	308 746 181
Aplicações em instituições de crédito	1 681 347 965	923 055 238	-	-	-	-	2 604 403 203
Activos financeiros ao custo amortizado	785 601 714	-	-	-	-	-	785 601 714
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6 327 548	-	-	-	-	-	6 327 548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1 337 035 275	896 231 831	-	-	-	-	2 233 267 106
<b>Total activos</b>	<b>4 434 559 313</b>	<b>2 473 749 328</b>	<b>5 767 285</b>	<b>46 376 213</b>	<b>103 463</b>	<b>264 345</b>	<b>6 960 819 948</b>
<b>Passivos financeiros</b>							
Recursos de outras instituições de crédito	36 893 709	-	-	-	-	-	36 893 709
Depósitos de clientes	4 146 349 219	1 583 833 890	2 915 249	16 832 304	-	-	5 749 930 661
Passivos de locação	115 518 404	10 827 234	-	-	-	-	126 345 638
<b>Total passivos</b>	<b>4 298 761 332</b>	<b>1 594 661 124</b>	<b>2 915 249</b>	<b>16 832 304</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5 913 170 008</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>135 797 981</b>	<b>879 088 205</b>	<b>2 852 036</b>	<b>29 543 909</b>	<b>103 463</b>	<b>264 345</b>	<b>1 047 649 939</b>

As tabelas abaixo demonstram a sensibilidade para eventuais alterações em USD e ZAR, mantendo as restantes variáveis constantes.

O impacto na demonstração de resultados (antes de imposto) é o mesmo que em capitais próprios.

	Alteração na taxa de câmbios de USD	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos fundos próprios
<b>2021</b>	+10%	26 921 095	(26 921 095)
	-10%	(26 921 095)	26 921 095
<b>2020</b>	+10%	87 908 820	(87 908 820)
	-10%	(87 908 820)	87 908 820

	Alteração na taxa de câmbios de ZAR	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos fundos próprios
<b>2021</b>	+5%	30 818	(30 818)
	-5%	(30 818)	30 818
<b>2020</b>	+5%	142 602	(142 602)
	-5%	(142 602)	142 602

**Risco Operacional**

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Banco, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Banco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância contante e respondendo aos riscos potenciais de forma proactiva, é capaz de gerir e mitigar os riscos inerentes à sua actividade. Os controlos incluem uma efectiva segregação de funções, gestão de acessos, níveis de autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

**Gestão de Capital**

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Banco é monitorizada usando, entre outras medidas os rácios estabelecidos pelo Banco de Moçambique.

Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Banco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o crescimento do seu negócio; e
- Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

A adequação de capital e a utilização do capital regulamentar são monitorizados regularmente pelo Conselho de Administração do Banco, aplicando técnicas baseadas na legislação emanada pelo Banco de Moçambique para efeitos de supervisão. A informação requerida é apresentada mensalmente ao Banco de Moçambique. O Banco Central requer que cada Banco cumpra um mínimo de activo de ponderação de risco (rácio de solvabilidade) acima ou no limite de 12%.

O capital regulamentar do Banco é monitorado pelo departamento de gestão de risco e é dividido em:

- Tier 1 capital: capital social (líquido de quaisquer valores contabilísticos de acções próprias), resultados transitados e reservas; e
- Tier 2 capital: dívida subordinada, imparidade colectiva e ganhos não realizados de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda.

A ponderação do risco dos activos é mensurada através de uma hierarquia de cinco riscos, classificada de acordo com a sua natureza e reflectindo uma estimativa de riscos de crédito,



mercado e outros riscos associados a cada activo ou contraparte, tomando em consideração os colaterais elegíveis ou garantias. Um tratamento similar é adoptado para as rubricas extrapatrimoniais com alguns ajustamentos a fim de reflectirem uma natureza mais contingente de uma perda potencial.

A tabela a seguir resume o cálculo do índice de adequação de capital do Banco para o ano findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 de acordo com as exigências do Banco de Moçambique:

	2021	2020
<b>Fundos próprios de base (Tier I)</b>		
Capital social	1,700,000,000	1,700,000,000
Reservas elegíveis e resultados transitados	(107,116,766)	(107,116,766)
Activos intangíveis	(31,387,058)	(21,085,117)
Provisões para imparidade gap(*)	(77,348,189)	(26,058,690)
<b>Fundos próprios de base (Tier I)</b>	<b>1,484,147,988</b>	<b>1,545,739,427</b>
<b>Fundos próprios complementares (Tier II)</b>	<b>646,469</b>	<b>-</b>
<b>Fundos próprios de base complementares (Tier I e Tier II)</b>	<b>1,484,794,456</b>	<b>1,545,739,427</b>
<b>Activos ponderados pelo risco</b>		
Na posição financeira	4,954,678,375	3,667,105,847
Contas extrapatrimoniais	217,071,177	229,174,402
Risco operacional e de mercado	238,083,909	126,506,782
<b>Total dos activos ponderados</b>	<b>5,409,833,461</b>	<b>4,022,783,030</b>
<b>Rácios prudenciais</b>		
Tier I	27%	38%
Tier II	0%	0%
Rácio de solvabilidade	27%	38%
Rácio de solvabilidade exigido	12%	12%

(\*) Representa a diferença entre a imparidade determinada com base no modelo de imparidade interno, em conformidade com o IFRS 9, e o mínimo apurado de acordo com os requisitos definidos pelo Banco de Moçambique.

**Acontecimentos após a data de balanço**

A 10 de Janeiro de 2022, após as devidas autorizações do Banco Central, o Banco procedeu à emissão de USD 3,3 (MZN 210.6) milhões de dívida subordinada, por um prazo de 5 anos, tendo esta sido totalmente subscrita pelos actuais acionistas. A incorporação destas obrigações nos fundos próprios complementares (Tier II) levou ao cumprimento dos fundos próprios regulamentares exigidos, a partir de Janeiro de 2022.

O First Capital Bank S.A. foi eleito como o **Melhor Banco de Trade Finance em Moçambique** no ano de 2021, pelo Global Banking & Finance.



Primeiro, acreditar. [www.firstcapitalbank.co.mz](http://www.firstcapitalbank.co.mz)

Moçambique • Malawi • Zâmbia • Botsuana • Zimbabué • Maurícias

**LEVE O SEU BANCO CONSIGO**

Aceda aos nossos serviços a qualquer momento e em qualquer lugar, através do nosso **Internet Banking**.

Todas as transacções realizadas através do Internet Banking são gratuitas, inclusive o pagamento do INSS e do JUE.

Moçambique • Malawi • Zâmbia • Botsuana • Zimbabué • Maurícias

Primeiro, acreditar. [www.firstcapitalbank.co.mz](http://www.firstcapitalbank.co.mz)

**Prosperare ao lado de quem acredita em si.**

First Capital Bank S.A.  
Tel: +258 21 320760/3, Cell: +258 82 317 2730, +258 82 317 2760  
NUIT 400058921, Maputo, Moçambique  
[www.firstcapitalbank.co.mz](http://www.firstcapitalbank.co.mz)

Moçambique • Malawi • Zâmbia • Botsuana • Zimbabué • Maurícias

Primeiro, acreditar. [www.firstcapitalbank.co.mz](http://www.firstcapitalbank.co.mz)

[www.firstcapitalbank.co.mz](http://www.firstcapitalbank.co.mz)



Circular nº3/SHC/2007 Modelo III

Rubricas	ACTIVO	2021			2020		Rubricas	PASSIVO	2021	2020
		Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Activo Líquido	Activo Líquido	Activo Líquido				
10+3300	1. Caixa e disponibilidades em bancos centrais	877 738	-	877 738	1 022 474	38-3311 (1)-3410+5200+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de Bancos Centrais	-	-	
11+3301	2. Disponibilidades em outras instituições de crédito	250 279	-	250 279	308 746	43 (1)	Passivos Financeiros detidos para Negociação	-	-	
153 (1)+158 (1)+16	3. Activos Financeiros Detidos para negociação	-	-	-	-	43 (1)	Outros passivos Financeiros ao Justo valor através de Resultados	-	-	
153 (1)+158 (1)+17	4. Outros Activos Financeiros ao Justo valor através de Resultados	-	-	-	-	39-3311 (1)-3411+5201+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de outras Instituições de Créditos	352 693	36 894	
154+158 (1)+18+34888 (1)-53888 (1)	5. Activos financeiros disponíveis para Venda.	-	-	-	-	40+41-3311 (1)-3412-3413+5202+5203+5211 (1)+5310+5311	Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	5 427 183	5 756 980	
13+150+158 (1)+159 (1)+3303+3310 (1)+3408 (1)-350-3550-5210 (1)-5300	Aplicações em Instituições de Crédito	1 262 176	20	1 262 155	2 604 403	42-3311 (1)-3414+5204+5211 (1)+5312	Responsabilidades representadas por Títulos	-	-	
14+151+152+158 (1)+3304+3310 (1)+34000+34008-3510-3518-35210-35211-5210 (1)-53010-53018	Créditos a clientes	4 030 371	46 695	3 983 675,31	2 233 267,00	44	Derivados de Cobertura	-	-	
156+158 (1)+159 (1)+22+3307+3310 (1)+3402-355-3524-5210 (1)-5303 (1)	Investimentos detidos até a maturidade	788 304	2 504	785 800	1 041 375	45	Passivos não correntes detidos para Venda e operações descontinuadas	-	-	
21	Derivados de Cobertura	-	-	-	-	47	Provisões	33 812	24 308	
25-3580	Activos não correntes detidos para Venda	23 316	18 365	4 952	22 753	490	Passivos por impostos correntes	-	-	
26-3581 (1)-360 (1)	Propriedade de Investimentos	-	-	-	-	491	Passivos por impostos diferidos	-	-	
27-3581 (1)-360 (1)	Outros Activos tangíveis	443 475	194 046	249 429	264 816	480+488+/-489 (1)-3311 (1)-3416 (1)+5206 (1)+5211 (1)+5314 (1)	Outros passivos Subordinados	-	-	
29-3583-361	Activos Intangíveis	115 202	83 815	31 387	21 085	51-3311 (1)-3417-3418+50 (1)(2)+5207+5208+5211 (1)+528+538-5388+5318 (1)+54 (1)(3)	Outros Passivos	285 287	303 627	
24-357	Investimentos em filiais associadas e Empreendimentos conjuntos	6 328	-	6 328	6 328		<b>Total do Passivo</b>	<b>6 098 975</b>	<b>6 121 809</b>	
300	Activos por Impostos correntes	27 614	-	27 614	27 614	55	Capital	1 700 000	1 700 000	
301	Activos por Impostos diferidos	172 033	-	172 033	139 042	602	Premios de Emissão	-	-	
12+157+158 (1)+159 (1)+31+32+3302+3308+3310 (1)+338+3408 (1)+348 (1)-3584-3525+50 (1)(2)-5210 (1)-5304-5308 (1)+54 (1)(3)	Outros Activos	134 839	-	134 839	22 788	57	Outros Instrumentos de Capital	-	-	
							Accoes Proprias	-	-	
							Reservas de Reavaliacao	-	-	
							Outras reservas e resultados transitados	(107 117)	(234 674,00)	
							Resultado do Exercício	94 369	127 558	
							(Dividendos antecipados)	+RC[-6]*1000		
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>8 131 673</b>	<b>345 445</b>	<b>7 786 228</b>	<b>7 714 692</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>7 786 228</b>	<b>7 714 692</b>	

Circular nº3/SHC/2007 Modelo IV

Rubricas		2021	2020
79+80	Juros e Rendimentos Similares	810 796	536 335
66+67	Juros e Encargos Similares	328 165	(205 471)
	<b>Margem Financeira</b>	<b>482 630</b>	<b>330 864</b>
82	Rendimentos de Instrumentos de Capital	0	0
81	Rendimentos com serviços e Comissões	163 128	108 632
68	Encargos com Serviços e Comissões	(24 064)	(11 859)
-692-693-695 (1)-696 (1)-698-69900-	Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo valor através de Resultados	-	-
69910+832+833+835 (1)+836 (1)+838+83900+83910	Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-
-694+834	Resultados de Reavaliacao Cambial	183 795	187 905
-690+830	Resultados de Alienacao de Outros Activos	(712,71)	(4 235)
-691-697-699 (1)-725 (1)-726 (1)+831+837+839 (1)+843 (1)+844 (1)	Outros Resultados de Exploracao	(102 611)	(53 707)
-695 (1)-696 (1)-69901-69911-75-720-721-725 (1)-726 (1)-728+835 (1)+836 (1)+83901+83911+840+843 (1)+844 (1)+848	<b>Produto Bancario</b>	<b>702 166</b>	<b>557 601</b>
70	Custo com Pessoal	(285 119)	(264 890)
71	Gastos Gerais Administrativos	(184 359)	(129 939)
77	Amortizacao do Exercício	(76 830)	(65 326)
784+785+786+788-884-885-886-888	Provisões Liquidas de Reposicoes e Anulacoes	(11 168)	(3 974)
760+7610+7618+7620+76210+76211+7623+7624+7625+7630+7631+765+766-870-8720-8710-8718-87210-87211-8723-8724-8726-8730-8731-875-876	Imparidade de Outros Activos Financeiros Liquidos de Reversoes e Recuperacoes	(83 312)	(51 413)
768+769 (1)-877-878	Imparidade de Outros Activos Liquida de reversoes e Recuperacoes	0	0
	<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>61 378</b>	<b>42 058</b>
65	Impostos Correntes	0	0
74-86	Impostos Diferidos	32 991	85 499
640	<b>Resultados após Impostos</b>	<b>94 369</b>	<b>127 557</b>
-72600-7280+8480+84400	Do qual: Resultado Liquido após Impostos de Operacoes Descontinuadas	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>94 369</b>	<b>127 558</b>